



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Curso de Licenciatura em Sociologia

Trabalho de fim do Curso

Da experiência e ideologia: base de conhecimento na produção e legitimação das políticas públicas na história do Ensino Superior em Moçambique (1962-2012)

Autor: Chadércio Ernesto Malendja

Supervisor: Dr Baltazar Muianga

Maputo, Dezembro de 2021



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Curso de Licenciatura em Sociologia

Trabalho de fim do Curso

**Da experiência e ideologia: base de conhecimento na produção e legitimação
políticas públicas na história da Ensino Superior em Moçambique (1962-2012)**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de
licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Candidato:

Chadércio Ernesto Malendja

O júri

Supervisor

Presidente

Oponente

Maputo, aos ____/____/2021

Declaração de Honra

Eu, Chadércio Ernesto Malendja, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada, parcial ou integralmente, em nenhuma instituição para a obtenção de qualquer grau académico. Ela constitui resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas nas citações do texto e nas referências bibliográficas as fontes por mim utilizadas.

Maputo, Dezembro de 2021

(Chadércio Ernesto Malendja)

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos que estiveram envolvidos na minha formação acadêmica, amigos, colegas especialmente aos meus pais, respectivamente Ernesto Malendja e Janete Lúcia Tsiuane Gove por terem sido o canal pelo qual cheguei a existência.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me manter vivo e por me dar força de lutar para alcançar os meus objectivos, profundamente grato a esse ser mesmo na incapacidade de o explicar de forma racional e lógica.

Agradeço muito a Baltazar Muianga, meu supervisor, primeiro, por sua amizade e orientação em minhas ambições académicas. Num momento de angústia e desespero acolheu-me de forma incondicional. Ele é uma grande fonte de inspiração para mim na minha socialização sociológica e imaginação. Você é o supervisor que muitos como eu gostaria de ter. Tenho também a agradecer imensamente ao Patrício Langa, que deu também um apoio incondicional abrindo as portas do seu escritório para juntos conversarmos sobre o ensino superior e por ter me iniciado nessa grande área do saber sou grato por fazeres parte da minha vida.

Agradeço as famílias Malendja e Gove pelo suporte até chegar a essa fase especialmente aos meus pais, ao meu grande nigga Phat Gove que acompanhou de perto todo o meu processo académico dando-me apoio para eu chegar aqui. Agradeço a Talita Gove, minha segunda mãe pelo apoio, sou profundamente grato aos meus irmãos. O meu obrigado é também extensivo aos meus amigos James, Chico, Shaquir Jamal pela amizade e apoio em todos os momentos. Um Thanks, vai para Quiséria e Mariamo, deram apoiaram-me bastante principalmente em momentos de crise. A Sheila Carolina minha namorada pelo carinho, paciência, companheirismo, pelos cuidados e apoio incondicional.

Estendo igualmente os agradecimentos a toda turma de sociologia de 2016 com os quais aprendi muito ao longo dos 4 anos de formação. Quero de forma especial agradecer a Rosa Tomé, Lina Valoi e Oniva Laze pela ajuda em diversos momentos dessa jornada, criei laços que extrapolaram questões académicas e hoje são meus amigos. A Lucas Santos, Maquiavel e ao grupo do SOCIOLUPA são pessoas que tem mantido acesa chama do debate académico em nossas conversas. Enfim, a todos que de forma directa e indirecta ajudaram-me e ajudam-me nesse percurso académica. Vai o meu kxanimambo!

Epígrafe

“Um bom cirurgião não é necessariamente um ‘bom’ administrador hospitalar. Uma coisa é estudar as várias disciplinas de especialidade que se oferecem no ensino superior e a outra coisa, diferente, é estudar o ensino superior ele próprio como uma instituição social, área de conhecimento e campo de investigação”.

Patrício Vitorino Langa

Resumo

Realizámos este trabalho com o objectivo de analisar a base do conhecimento que informou a produção e legitimação de legislação e políticas públicas sobre o ensino superior na história de Moçambique de 1962 a 2012 percorrendo os períodos colonial, socialista até o neoliberal. Assumimos como postulado que os discursos em torno do ensino no país têm uma origem num conhecimento resultante de experiências pessoais e profissionais quotidianas. Com referência à perspectiva da sociologia de conhecimento operacionalizada a partir das contribuições de Mannheim (1982) e Foucault (1972), realizámos uma pesquisa qualitativa complementada basicamente pelo método da arqueologia do saber, o que nos possibilitou produzir dados documentais e bibliográficos, recolhidos por meio dos levantamentos documental e bibliográfico. Os resultados alcançados mostram que a legislação das PP sobre o ensino superior em Moçambique evoluíram com tempo em termos quantitativos e qualitativos. No período colonial através de uma única lei foi criada a primeira instituição do ensino superior no país inspirada na experiência universitária portuguesa, no período socialista foram concebidas a primeira estratégia de ensino no geral e do ensino superior no particular dando origem a mais instituições de ensino superior públicas e no período neoliberal foram concebidas mais legislações e políticas públicas abrindo espaço para instituições do ensino superior privadas. Nos três períodos, o conhecimento empírico baseado em factores ideológicos, políticos, sociais, económicos e, raramente, culturais é que informou a produção e legitimação da legislação e políticas públicas sobre o ensino superior. Concluimos que na história de Moçambique a criação e funcionamento do ensino superior esteve sempre sujeito aos condicionamentos de cada época estando sujeito a atender aos interesses de actores que dominam tendencialmente a arena política e económica.

Palavras-chave: *Ensino Superior; Base do conhecimento; Políticas públicas; Epistemologias cívicas.*

Abstract

We carried out this work with the aim of analyzing the knowledge base that informed the production and legitimation of legislation and public policies on higher education in the history of Mozambique from 1962 to 2012, covering the colonial, socialist to neoliberal periods. We assume as a postulate that the discourses around teaching in the country originate from knowledge resulting from daily personal and professional experiences. With reference to the perspective of the sociology of knowledge operationalized from the contributions of Mannheim (1982) and Foucault (1972), we carried out a qualitative research basically complemented by the method of archeology of knowledge, which enabled us to produce documentary and bibliographic data, collected through of documentary and bibliographic surveys. The results achieved show that legislation and PP on higher education in Mozambique have evolved over time in quantitative and qualitative terms. In the colonial period, through a single law, the first higher education institution in the country was created, inspired by the Portuguese university experience, in the socialist period, the first education strategy in general and higher education in particular were conceived, giving rise to more educational institutions. In the neoliberal period, more legislation and public policies were created, making room for private higher education institutions. In the three periods, empirical knowledge based on ideological, political, social, economic and, rarely, cultural factors informed the production and legitimation of legislation and public policies on higher education. We conclude that in the history of Mozambique, the creation and functioning of higher education has always been subject to the conditioning of each period, being subject to meeting the interests of actors who tend to dominate the political and economic arena.

Keywords: *Higher education; Public policy; Knowledge base; Production and legitimization of knowledge;*

Lista de siglas e abreviaturas

ES – Ensino Superior

EGUM – Estudos Gerais e Universitários de Moçambique

IES – Instituição de Ensino Superior

MINEDH - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

PEES – Plano Estratégico do Ensino Superior

PP – Políticas Públicas

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UP – Universidade Pedagógica

ULM – Universidade Lourenço Marque

ÍNDICE

Declaração de Honra	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	iv
Epígrafe	v
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Lista de siglas e abreviaturas	viii
Introdução.....	11
CAPÍTULO I	14
1. Da revisão da literatura ao problema de pesquisa	14
CAPÍTULO II.....	18
2. Enquadramento teórico e conceptual	18
2.1. Teoria de base.....	18
2.2 Conceptualização	23
2.2.1 Ensino Superior: Abordagem jurídico e conceptual	23
2.2.2 Base do conhecimento.....	23
2.1.3 Políticas públicas.....	24
2.1.4 Epistemologias cívicas	25
CAPÍTULO III	26
3. Orientação metodológica	26
3.1. Abordagem do estudo.....	26
3.2. Produção dos dados	27
CAPÍTULO IV	31
4. Apresentação e discussão dos resultados	31
4.1. Legislação e PP do ES em Moçambique	31
4.1.1. Período colonial.....	31
4.1.2. Período “socialista”	33
4.1.3. Período “neoliberalista”	37

4.2. Das bases da legislação e PP do ES em Moçambique	42
4.2.1. As bases do conhecimento “colonial”	42
4.2.2. As bases do conhecimento “socialista”	45
4.2.3. Bases do conhecimento “neoliberalista”	51
5. Considerações finais	55
6. Referências bibliográficas	57

Introdução

O presente trabalho, resulta de um estudo académico realizado em torno das políticas públicas do ensino superior, desenhadas e implementadas desde o período colonial até a contemporaneidade. O foco são as bases que informaram e fundamentaram o conhecimento que permitiu a concepção e implementação dessas políticas em cada época histórica específica.

As instituições de ensino superior (IES) tomadas individualmente são como cidades. Elas atendem às necessidades de seus membros, fornecendo não só especialistas em ensino e actividades de pesquisa, mas também alojamento, restauração, telecomunicações, aconselhamento, instalações desportivas e assim por diante. Pensar essas instituições é complexo, exigindo conhecimentos e habilidades gerais e especiais (David e David, 1996).

Com a expansão e crescimento do número de IES, bem como o seu alcance em novas áreas e funções a que são exigidas, pensar o ensino superior torna-se cada vez mais complexo, exigindo cada vez melhor profissionalismo e competência (Porto e Régnier, 2003; Huisman e Pausits, 2010; Altbach, 2014). Sobre esta questão, Langa (2014) refere que uma coisa é estudar as várias disciplinas de especialidade que se oferecem no ensino superior e a outra coisa, bem diferente, é estudar o ensino superior ele próprio como uma instituição social, área de conhecimento e campo de investigação. Na linha de pensamento deste último autor, para pensar ou legislar o ensino superior não basta apenas ter alguma experiência do ensino superior exige um conhecimento conceptual e técnico do ensino superior.

É no contexto exposto que com o presente estudo focamo-nos no conjunto dessa legislação e políticas públicas viradas para o ensino superior em Moçambique enquanto discursos. Entendemos o conceito de discurso na perspectiva de foucaultiana para concebe-lo como uma realidade sociologicamente relevante e elucidativa da forma como os actores e decisores constroem o ensino superior em Moçambique. De forma introdutória, pode dizer que Foucault (1972) afirma ser através do discurso que construímos o que experimentamos como realidade, expressamos a maneira como falamos e pensamos sobre o mundo modelando o modo como nos comportamos socialmente. É, por outro lado, importante, pois este (discurso) é “a nossa própria

voz, o nosso próprio discurso, pelo qual tentamos impor-nos e auto-afirmar socialmente.” (Barros, s.d., p.3).

O interesse pelo do tema, foi suscitado a prior, numa palestra organizada pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), com o título: “Estaca Zero”: uma reflexão crítica da produção do conhecimento científico nas ciências sociais e humanas. A palestra, ocorreu no dia 23 de Outubro do ano de 2019, pelas 14 horas, e teve como orador Patrício Langa e Neto Sequeira como moderador. A posterior a esse evento fui estabelecendo conversas com Langa em volta deste tema, o que aumentou cada vez mais o interesse pelo mesmo, pelas leituras de alguns artigos sobre estudos do ES com interesse de obter algum conhecimento sobre os mecanismos de produção das legislações e políticas públicas. Com referência aos debates presenciados em sala de aulas, ficamos mais convictos da relevância em realizarmos uma pesquisa com o tema em referência.

No que se refere à pertinência académica, partimos do postulado segundo qual seria relevante abordar aspectos sobre o ES, incluindo o processo de construção e reprodução das IES em Moçambique. Entendemos ser pertinente a realização deste estudo, pela sua originalidade, na área da sociologia do conhecimento, o que permitirá identificar a base que informa os actos de produção e legitimação das políticas públicas sobre o ES nas IES públicas moçambicanas no geral por um lado, e enriquecer a produção científica moçambicana no âmbito do estudo do ES. Para a sociologia, por um lado, o estudo torna-se relevante visto que permitirá que diferentes actores sociais sejam informados sobre os princípios que orientaram a produção e a legitimação das políticas públicas do ensino superior em Moçambique, de forma particular, como também sobre o conhecimento o qual os mesmos se inspiram no processo de tomada de decisões na legislação sobre o ensino superior. Por outro, a pesquisa pode servir como ponto de partida para uma reflexão conjunta sobre a necessidade da diferenciação no entendimento sobre ES dos critérios ou mecanismos de escolha dos legisladores de políticas públicas usam na legislação das mesmas para o Ensino Superior. De modo a assegurar que o estudo tenha a relevância que referenciamos acima, definimos como objectivo geral do presente trabalho compreender a base do conhecimento que informou a produção e legitimação das legislações e políticas públicas do

Ensino Superior em Moçambique de 1962 – 2012. Para alcançarmos esse objectivo, definimos os seguintes objectivos específicos: identificar a legislação e políticas públicas do ensino superior; identificar as bases sociais, económicas, políticas e ideológicas de produção e legitimação da legislação e PP do ES.

Em termos teóricos, para este estudo, usamos uma triangulação teórica de dois autores sobejamente conhecidos na área da sociologia do conhecimento. Referimo-nos à sociologia do conhecimento de Michael Foucault (1972) e à sociologia do conhecimento de Karl Mannheim (1982). A partir do conceito de Ideologia de Mannheim, buscamos traçar as linhas de intersecção entre a produção científica e a manutenção de uma determinada ideologia, analisando assim, o modo como a visão do mundo dos que legislaram o ES em Moçambique condicionou e influenciou a percepção que se tem sobre ES. A partir da perspectiva de Foucault, foi-nos possível conceber a legislação e as PP como discursos cuja compreensão exige que se explore os contextos dentro dos quais os mesmos são produzidos, legitimados e reproduzidos como mecanismo de exercício do poder na sociedade.

Sob ponto de vista metodológico, adoptámos uma abordagem inteiramente qualitativa focando-nos nos significados e relações entre os fenómenos em estudo. Quanto à estratégia de investigação, a partir da proposta foucaultiana, aplicamos o método da arqueologia do saber que nos possibilitou, primeiro, conceber as legislações e PP do ES em Moçambique como discursos e, segundo, conceber estes discursos como saberes, cujas bases compreensivas podem ser buscadas nas condições de sua origem e legitimação nos seus contextos devidos contextos de produção.

O trabalho está dividido em quatro capítulos principais, o primeiro vai da revisão bibliográfica à formulação do problema de pesquisa. Nessa sessão, colocam-se em debate as abordagens empíricas já formuladas em torno do tema em análise a qual culmina com a problematização das limitações observadas nesses mesmos estudos e posterior pergunta de partida que orientou as etapas subsequentes. No segundo capítulo, apresenta-se o enquadramento teórico e conceptual, isto é apresentamos a teoria e os conceitos que auxiliaram na interpretação do fenómeno em estudo. O terceiro capítulo apresentam-se aspectos metodológicos, e por fim o quarto capítulo é referente a apresentação e discussão dos dados.

CAPÍTULO I

1. Da revisão da literatura ao problema de pesquisa

Nesta secção propomo-nos a apresentar o que vários autores já disseram sobre o ensino superior. Para o efeito apresentaremos os pontos de discórdia e de concordância entre os autores que se debruçaram sobre a temática ora em estudo. Perante o posicionamento dos autores que a seguir serão apresentamos, tomaremos um posicionamento crítico.

Pela revisão da literatura que fizemos, não nos parece acertado afirmar que existe um campo de estudos e de pesquisa do ES em Moçambique, ou pelo menos, um campo consolidado. Pelo contrário, como afirma Langa (2014), a consolidação desta área de estudo constitui um desafio para o país. Entretanto, a pouca literatura existente sobre o ES em Moçambique, evidencia, contudo, os esforços que vem sendo envidados para a compreensão do mesmo, ainda que de alguma forma isolados e dispersos.

McLendon (2003), no seu artigo intitulado: “The Politics of Higher Education: Toward an Expanded Research Agenda”, advoga, a partir de um estudo que realizou no contexto norteamericano, que pouco se leva a sério e pouco se tem estudado sobre o ES enquanto uma área conhecimento científico. Essa falta de estudos influencia em grande medida na hora de elaboração de PP do ES. Muitas das PP do ES tem respondido são respostas as agendas políticas.

Nesta mesma senda do McLendon (2003), Liberato (2019), no artigo intitulado: “Reformar a reforma: percurso do ensino superior em Angola” afirma que as PP do ES regem as IES, no sentido delas funcionarem ao serviço da agenda política, em detrimento daquilo que é a sua verdadeira missão, visão e valores, o que o leva a enfrentar inúmeros constrangimentos, como a falta de autonomia (administrativa, disciplinar, pedagógica, científica, cultural e financeira), falta de quadros competentes, reconhecimento social e valorização da sua missão e valores, entre outros.

Pereira (2020), na sua dissertação intitulada: “As dinâmicas políticas do processo de aprovação da Lei de Cotas nas universidades: uma abordagem ideacional”, mostra, diferentemente do McLendon (2003), e Liberato (2019), que o processo de produção da lei de cotas nas

universidades enquanto PP foi feito por meio da participação dos mais diversos actores na arena decisória, como grupos de jornalistas, intelectuais, movimentos sociais, etc. Os actores fornecem um modelo muito bem elaborado do processo decisório de PP para se entender o processo decisório por meio da abordagem das crenças. Os subsistemas de política, as coalizões de defesa e seu sistema parte de preferências por políticas e a consequente mudança política, a qual pode ocorrer por muitos caminhos, como: choques internos e externos, acordo negociado, aprendizado político, etc. Isso gerou, em última instância, um acordo que agregou os actores nas votações simbólicas e gerou o consenso.

Segundo Rosário (2012), especialista em gestão universitária, a identidade das IES moçambicanas foi uma identidade política ligada a demanda que o país se encontrava. O autor afirma que a construção do ES em Moçambique é, sobretudo, obra estabelecida e construída a partir da chegada da luta nacionalista pela independência e cresceu com o próprio processo e vicissitudes que a independência trouxe. No regime de partido único, estabelecido pela Frelimo em 1975, o papel da universidade estava claramente definido em função das opções políticas e estratégicas que o estado moçambicano popular adoptou. Ainda nessa senda, este autor afirma a função da Universidade de Lourenço de Marques, transformada mais tarde em UEM, era essencialmente a de produzir quadros que pudessem servir a Revolução Moçambicana, técnica, científica e ideologicamente preparados.

Taimo (2010), avança, na mesma perspectiva de Rosário (2012), que foi por isso, o corpo universitário, seus dirigentes, docentes, quadros técnico-administrativos e estudantes eram considerados quadros da revolução por isso, cabia também a cada um, uma tarefa concreta nas grandes linhas do processo revolucionário. Esta universidade (UEM) não podia, de forma nenhuma, ter ou pretender ter um papel que é neste momento entendido ser o papel das universidades, nomeadamente, a produção do pensamento, o sentido de autonomia, a defesa do direito à liberdade de opinião e expressão, pois que esses valores podiam minar o sentido patriótico definido pela revolução, desviando as atenções das pessoas para as questões consideradas burguesas. A título de exemplo, podemos enquadrar nesse desiderato o encerramento da Faculdade de Direito na UEM no início da década de 80, e o encerramento da Faculdade de Letras no final da década de 70 e sua substituição pela Faculdade Preparatória e de

Educação. Ou seja, os autores Taimo (2010) e Rosário (2012), apresentam a ideia segundo qual o ES do período colonial ao período socialista esteve a reboque da ideologia política do então governo.

Langa (2014) refere que é nos debates académicos, nos artigos de opinião publicados em espaços públicos como jornais diários ou semanais, mas particularmente naqueles debates que culminam com a provação de documentos de políticas públicas para o ensino superior, onde suposições e convicções têm sido veiculados com expressiva carga normativa sobre o estado, organização e funcionamento do ensino superior.

Por outro lado, Langa (2010), entende que pouco se sabe sobre o ES e as concepções que se tem do ensino superior o mesmo chama concepções populares e do senso comum usa esse conceito para explicar que as universidades em Moçambique são pouco orientadas do ponto de vista científico. Em muitas situações o que se sabe sobre o ES sabe-se pela experiência vivenciada do ensino superior e pouco estuda-se o ES.

“Uma coisa é estudar as várias disciplinas de especialidade que se oferecem no ensino superior e a outra coisa, diferente, é estudar o ES ele próprio como uma instituição social, área de conhecimento e campo de investigação” (Langa, 2014, p. 368).

Altbach (2011), apresenta similaridades com os autores acima arrolados, na medida em que defende que o conhecimento sobre o ES, enquanto uma instituição social cada vez mais complexa, não pode ser deixada à mercê de indivíduos cuja autoridade radica das disciplinas científicas e da carreira académica que foram fazendo na academia.

Por outras palavras, um ‘bom’ cirurgião não é necessariamente um ‘bom’ administrador hospitalar. Um ‘bom’ químico, que passou a vida trancafiado num laboratório, publicando os seus artigos em revistas, ainda que de reputação, e que ao longo da sua trajectória académica foi ascendendo na hierarquia administrativa e oligárquica da academia, até eventualmente se tornar director de uma unidade, faculdade ou mesmo reitor, não adquire necessariamente e automaticamente conhecimento científico sobre aspectos críticos da gestão do ensino superior. (Langa, 2014), este autor afirma que pessoas têm conhecimento, mas um conhecimento experiencial derivado da sua prática que pode ser até reflexiva.

Os autores acima citados tal é o caso de Altbach (2011), apresentam similaridades mas também diferenças no que diz respeito ao discurso das PP do ES. Por um lado, acredita-se que o ES e os instrumentos e actores do ES são regidos por uma base política. Ou seja, são regidas a reboque da visão política. Por outro lado, Perreira (2020), apresenta no seu trabalho a ideia de que a produção de algumas PP do ES resultam de um processo duradouro envolvendo diversos actores políticos, diversos grupos civis entre outros. Ficou evidente que o debate por eles levantado não tem em vista discutir a produção de PP do ES em si, mas acima de tudo dinâmicas e fenómenos do ensino superior e isso passa necessariamente por abordar sobre PP do ES ainda que seja de forma superficial.

A ideia apresentada pelos autores anteriormente citados, articulada ao conceito de ideologia de Mannheim (1982), segundo qual tanto se justifica o que é feito pelo grupo, cujo interesse é entendido; como interpreta a realidade social de maneira a tornar a justificação plausível. Ou seja, neste autor é possível entender ou estudar as PP do ES na medida em que esses discursos representam concepções e ideias de um grupo social histórico específico.

E nesta senda, importa trazer o conceito de saber em Foucault (1972) na sua obra “A arqueologia Saber” onde na mesma, o autor busca explicitar um método de análise histórica que considere o discurso como saber, e não apenas como ciência. Este autor não reduz a questão do saber ou das formas discursivas ao campo da ciência. De acordo com o pensador francês, “os territórios arqueológicos podem atravessar textos “literários” ou “filosóficos”, bem como textos científicos. O saber não está investido somente em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (Foucault, 1969, p. 222). Daí que no presente trabalho, interessa-nos entender o seguinte: *Qual é a base do conhecimento que informou a produção e legitimação das legislações e políticas públicas do Ensino Superior em Moçambique de 1962 – 2012?*

CAPÍTULO II

2. Enquadramento teórico e conceptual

2.1. Teoria de base

A partir da teoria do conhecimento de Foucault (1972), este estudo tentará traçar as linhas de intersecção entre a produção de discursos das PP do ES e o contexto pelo qual esses discursos foram produzidos e legitimados como instrumentos legais que regem o ES. Analisámos a partir de Mannheim (1982), o modo como a visão de mundo dos que legislaram o ES em Moçambique condicionou e influenciou a percepção que se tem sobre ES, principalmente em instituições de produção de saber como é o ES.

A escolha dos teóricos acima como fio condutor do estudo deve-se também ao facto de poder-nos dar pistas para algumas questões que se afiguram pertinentes para este tema. Procuramos saber que conhecimento informou a produção e legislação das PP do ES. Assim como em determinar que papel desempenhou essa produção na reprodução social da visão do mundo encontradas nas políticas públicas do ES.

É de referir, que este trabalho foi efectuado no âmbito da sociologia do conhecimento. Segundo o sociólogo húngaro Mannheim, um dos fundadores desta disciplina, “a sociologia do conhecimento como teoria, procura analisar as relações entre o conhecimento e a existência; como pesquisa histórico-sociológica, busca a origem das formas que essas relações têm assumido no desenvolvimento intelectual da humanidade” (Mannheim *apud* Washington, 2006, p. 132).

A presença deste paradigma teórico para a nossa reflexão é conveniente na medida em que vai permitir enquadrar o discurso do poder sobre o papel da ciência, como também o discurso científico da IES encarado aqui num determinado contexto histórico e social.

Mannheim (1982) tem a sua pertinência teórica, pois define o sistema de pensamento e crenças de um determinado grupo social. Mannheim recusa o tema da “falsa consciência”, e centra o seu discurso na determinação social do pensamento de todos os grupos sociais, através da sua sociologia do conhecimento. Este autor, conceptualiza o ideológico a um produto social, induzida pela posição que os agentes ocupam no todo social.

Mannheim (1982), fala-nos de duas concepções de ideologia: a particular e a total. A primeira estaria ligada aos factores psicológicos do indivíduo, as mentiras, os disfarces, etc. como nos diz o autor, “todas as expressões cuja falsidade é devida à ilusão de si mesmo ou de outros, intencional ou não, consciente, semiconsciente ou inconsciente, que ocorre a um nível psicológico e se assemelha estruturalmente à mentira” (Mannheim, 1982, p. 287).

Em segundo lugar, temos a ideologia total, que servirá de guia neste estudo. Esta, caracteriza-se por ser mais inclusiva que a primeira, pois que se refere a estrutura de pensamento de uma época ou de um grupo histórico-social concreto. O autor afirma que “quando utilizamos a concepção total de ideologia, procuramos reconstruir todo o modo de ver de um grupo social, e nesse caso, nem os indivíduos concretos, nem o seu somatório abstracto pode ser legitimamente considerados como portadores deste sistema ideológico de pensamento como um todo.” (Mannheim, 1982, p. 85).

Esta noção vai permitir-nos, por exemplo, encarar a ideologia colonial-portuguesa, marxista-leninista e democrática dos legisladores do ES em Moçambique, como sendo a visão de um certo grupo social, com características específicas do lugar que ocupam no todo social. É de referir, que no quarto capítulo do nosso trabalho, procuraremos fazer uma breve análise do saber dos legisladores do ES como um grupo social produtor da visão do mundo dominante.

Nesta perspectiva teórica, ideologia é definida como “o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, de um certo grupo social, que se orientam para a estabilização ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida.” (Mannheim, 1982, p.137). Neste conceito de ideologia, tanto se justifica o que é feito pelo grupo, cujo interesse é entendido; como se interpreta a realidade social de maneira a tornar a justificação plausível. Por exemplo, a ideologia plasmada nas PP sobre o ES justifica uma sociedade com conhecimento peculiar do contexto sócio histórico desse grupo.

Como fora mencionado anteriormente, também operacionalizamos os conceitos de saber e poder propostos pelo Foucault (1972). A perspectiva foucaultiana do saber/poder é pertinente neste estudo, na medida em que vai permitir abordar o poder como uma componente integrante na produção e legitimação de PP do ES, o que quer dizer, que poderemos compreender como o

poder se apropriou, por exemplo, das disciplinas científicas e, neste caso particular, das instituições produtoras de PP do ES para produzir a visão que orientou o ES ao longo dos 50 anos e, a sua formação discursiva, para melhor exercer poder, coagindo, controlando, disciplinando os indivíduos em sociedade. Assim, o poder não apenas reprime, censura, exclui, controla e pune, mas também produz realidades, campos de saber, objectos e rituais de verdade.

Foucault (1969, p. 99) afirma que estamos submetidos a produção da verdade através do poder e não podemos exercer o poder senão através da produção da verdade. Como se pode depreender, para o autor, saber e poder são indissociáveis na complexa teia social de poderes: quem detém saber, possui poder, isto porque o saber tem como pressuposto a busca da verdade e toda a vontade de verdade na perspectiva de Foucault, já constitui, em si mesma, vontade de poder. É desta maneira, que analisamos a produção do conhecimento das PP do ES na sua interacção com o poder político, com a ideologia dominante na época. A partir desta teoria produtiva do poder, poderemos captar a teia em que interligam as várias relações de força entre os actores sociais.

Segundo Foucault (1969), o poder não tem uma essência, um atributo, é algo dinâmico, é antes de tudo, uma relação de forças que atravessa toda a sociedade, envolvendo dominadores e dominados. Trata-se deste modo de um jogo de forças, de lutas transversais presentes em toda a sociedade. Não há aqui uma tendência a coisificar o poder, de ver o poder como algo que se detém como um objecto ou propriedade, este é visto como uma prática social, como uma relação estratégica entre diferentes actores, sendo deste modo, constituída historicamente. Portanto, para este autor, o poder existe somente quando é posto em acção, quando há “o outro” considerado como aquele a quem é exercido o poder.

É preciso ter em conta que para Foucault (1969), ciência e saber diferem, embora o seu enfoque teórico não esteja centrado nessa diferença, mas na análise da produção de saberes na sociedade. Assim, neste estudo encaramos o conceito de saber na sua acepção geral, envolvendo assim, a produção científica, bem como outros discursos que estejam ligados à legislação e PP do ES em Moçambique.

Na sua obra do “A arqueologia do saber”, Foucault (1972), busca explicitar um método de análise histórica que considere o discurso como saber, e não como ciência. Este autor não reduz a

questão do saber ou das formas discursivas ao campo da ciência. Segundo o pensador francês, os territórios arqueológicos podem atravessar textos “literários” ou “filosóficos”, bem como textos científicos. “O saber não está investido somente em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas (...)” (Foucault, 1969, p. 222).

É importante referir também, que neste estudo encaramos a legislação e PP sobre o ES como um discurso na acepção de Foucault. Afirmamos, por outro lado, que ao utilizarmos este conceito, não pressupomos nenhuma forma de julgamento sobre a verdade dos seus enunciados. Pretendemos assim, indagar sobre a base do conhecimento que informou a produção e legitimação de legislação e PP do ES.

O conceito de discurso é indispensável quando se aborda a relação saber-poder. Para este autor, o discurso é sociologicamente importante, porque e através do discurso que construímos o que experimentamos como realidade, a maneira como falamos e pensamos sobre o mundo modela o modo como nos comportamos socialmente. É, por outro lado importante, pois este é a nossa própria voz, o nosso próprio discurso, pelo qual tentamos impor-nos e auto-afirmar socialmente (Barros, s/d, p.3). Foucault (1972), distingue duas espécies de discursos existentes nas sociedades: os discursos que se dizem “ao correr dos dias e das relações, discursos que se esquecem no próprio acto que lhes deu origem”; e os “discursos que estão na origem de um certo número de novos actos de fala, actos que os retomam, os transformam ou falam deles, numa palavra, os discursos que, indefinidamente e para além da sua formulação, são ditos, ficam ditos, e estão ainda por dizer” (Barros s/d, p.7).

Para Foucault (1972), encontramos aqui, por exemplo, os textos religiosos ou jurídicos, literários e em certa medida os textos científicos. Neste estudo será privilegiada esta segunda acepção do discurso, dado que nos vai permitir analisar o conteúdo temático das várias publicações das legislações sobre ES como forma de apreender os condicionamentos que a ideologia legisladores impuseram.

O conhecimento científico estaria primariamente estruturado pelos limites do que é possível dizer, em um dado ponto histórico, a respeito de um sistema particular de discurso (...) conhecimento científico repousaria sobre um suporte institucional sendo reforçado e acompanhado por outros estratos e práticas sociais, tais

como a política pedagogia, o sistema de comunicação do conhecimento, incluindo as instituições de produção do saber, sistemas de editoração. (Foucault, 1969, p.145)

O facto de ser o discurso científico preciso e previamente definido leva ainda Foucault a ressaltar que essa precisão representaria um mecanismo de controle, afirmando que “em cada sociedade a produção do discurso é controlada, seleccionada, organizada e redistribuída de acordo com certos procedimentos” Foucault (1969, p.7). É preciso ter em conta que este autor não está interessado em encontrar a verdade total dos enunciados dos discursos, “a verdade é simplesmente aquilo que é tido por verdadeiro dentro de um dado discurso” (Skinner, 1992, p. 93).

Em suma, a perspectiva teórica de Michel Foucault, que concebe o binômio saber/poder como algo intrínseco nas relações sociais e na própria sociedade, torna-se pertinente para este trabalho, na medida em que vai permitir compreender melhor a importância do saber, produzido pelos legisladores e decretos ministeriais na manutenção e legitimação de uma ideologia e no aprofundamento e ampliação do poder político na sociedade moçambicana. Uma vez que para este autor, o saber é algo que transcende os limites de uma disciplina científica, e da própria ciência; esta visão permitirá englobar na nossa análise, tanto os textos científicos, como também os documentos políticos, reflexões, textos literários etc. Por outro lado, com esta referência teórica, poderemos situar os decretos ministeriais dentro de um contexto social mais amplo, uma vez que Foucault defende uma abordagem estrutural da realidade, por exemplo, explicar o fenómeno da produção da verdade sobre o ES não como uma unidade isolada, auto-suficiente, mas como parte de uma estrutura mais larga determinada pela ideologia dos que detém poder para definir o que é o ES por meio do poder. Por outro lado, usamos a teoria de conhecimento de Mannheim (1982), onde operacionalizamos o conceito de ideologia o qual nos permitiu, por exemplo, encarar a ideologia colonial-portuguesa, marxista-leninista e democrática dos legisladores do ES em Moçambique, como sendo a visão de um certo grupo social, com características específicas do lugar que ocupam no todo social. Ao utilizarmos estes dois autores, pretendemos aliar a ideia da determinação social do conhecimento arreigada na ideia da ideologia de um grupo dominante, com a ideia de Foucault de que o saber produz poder.

2.2 Conceptualização

Os conceitos básicos que norteiam esse estudo são: Ensino Superior, base do conhecimento, políticas públicas e epistemologias cívicas.

2.2.1 Ensino Superior: Abordagem jurídico e conceptual

Na definição do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano da República de Moçambique (MINEDH), (2015, p. 1), as Instituições de Ensino Superior (IES) são: (...) pessoas colectivas de direito público ou privado, com personalidade jurídica, que gozam de autonomia científica e pedagógica, administrativa, disciplinar, financeira e patrimonial, e se classificam consoante a sua missão ou categoria de propriedade e financiamento. Essa definição é mais jurídica o que mostra que não tem em conta outros elementos de carácter económico-social.

Por outro lado, a concepção de Santos (2010), advoga que as IES são sistemas sociais que têm como propósito oferecer o ensino de terceiro grau, a pesquisa e a extensão. Podem apresentar-se sob a forma de instituições isoladas, cuja função é o ensino, ou como universidades. Também podem ser descritas como organizações universitárias, onde a prestação dos serviços educacionais faz parte de um processo que se iniciou há muito tempo, desde quando a educação era objecto de transformação do ser humano.

2.2.2 Base do conhecimento

Em “*Knowledge, Cultures in Higher Education: Disciplines and Profession*” Nerland (2012) aponta que no mercado de emprego entre outros factores determinantes para se ser contratado indica-se o domínio de um determinado campo de conhecimento e a ostentação de uma base de conhecimento específica sobre a profissão que se pretende.

No que diz respeito à base de conhecimento que informa a produção de PP do ES, nosso conceito central, Santos (2011), refere que em todo o sector de actividade é fundamental ter um amplo conhecimento sobre a área em que se está actuando.

Esses conhecimentos ou saberes, conforme Freire e Fernandez (2015) são inseridos num espectro mais amplo de competências e habilidades que o indivíduo (legislador) desenvolve em todo o seu trabalho e formam o que se designa de base de conhecimento para gestão (Knowledge Base for Management).

Em seguida, Lunenberg, Dengerink e Korthagen (2014) *apud* Shulman (2004) afirmam que uma base de conhecimento consiste em conhecimento compartilhado (conhecimento que um grupo ou comunidade deve ter) e conhecimento distribuído (conhecimento que cada membro do grupo ou da comunidade deve ter), para além de que uma base de conhecimento deve ter relevância académica (ajudar a compreender o conhecimento e formas de investigação baseadas em disciplinas académicas) e prática (sabedoria prática, o saber fazer).

2.1.3 Políticas públicas

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980), a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986), segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de idéias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos.

2.1.4 Epistemologias cívicas

O conceito de epistemologias cívicas é abordado na perspectiva de Jassanof et al (2005) o qual foi desenvolvido principalmente neste extremo mais amplo do espectro e é aplicado para ajudar a entender os padrões mais amplos de arranjos sociais e epistêmicos acoplados que podem surgir e caracterizar a vida pública em comunidades políticas.

As epistemologias cívicas são, portanto, formas de conhecer e raciocinar sobre problemas políticos entrelaçadas com formas de organização da ordem política. Essas ordens de conhecimento são razoavelmente estáveis, na medida em que persistem por períodos relativamente longos, geralmente incorporados a práticas epistêmicas, sociais e políticas institucionalizadas. Mas eles também são dinâmicos: abertos à mudança por meio de novos processos de coprodução que vinculam contestação e inovação epistêmica, social e política.

Ainda na senda de Jassanof et al (2005), esse dinamismo pode significar, em curtos períodos de tempo, que os processos epistêmicos e sociais podem divergir, até que a divergência se torne suficientemente reconhecida e significativa para forçar a reintegração. Essa reintegração pode ocorrer através de processos pacíficos de mudança ou conflito violento e podem ocorrer através de mudanças em estruturas epistêmicas, arranjos sociais ou ambos. As políticas democráticas, e especialmente as democracias pluralistas, são quase inevitavelmente caracterizadas por uma diversidade de sistemas de conhecimento que operam dentro de epistemologias cívicas mais amplas.

CAPÍTULO III

3. Orientação metodológica

Neste capítulo do trabalho trazemos os métodos e técnicas que seleccionamos e aplicamos na realização do presente trabalho, desde a abordagem de pesquisa, produção dos dados até a sua análise e interpretação. De referir que todas as nossas opções metodológicas tiveram como base a relevância do nosso alinhamento com o referencial teórico, mais especificamente a foucaultiana.

3.1. Abordagem do estudo

Baseamos este trabalho numa abordagem de pesquisa qualitativa considerando as exigências do problema que levantamos que remete a necessidade explorar, simultaneamente, o seu processo histórico e os contextos sociais nos quais os eventos se desenrolaram. Minayo (1987) afirma que esta abordagem é apropriada para analisar os processos históricos, as relações entre indivíduo e sociedade, entre realidades e sua compreensão pela ciência, apresentando como atributo a possibilidade de explorar com maior profundidade aspectos objectivos e subjectivos. Por sua vez, no mesmo sentido, Goldenberg (2014) afirma que a pesquisa qualitativa tem a vantagem de permitir a compreensão dos fenómenos sociais, na medida em que considera e valoriza os contextos sociais dentro dos quais eles se manifestam e explora as relações de interdependência que os mesmos estabelecem entre si, influenciando-se reciprocamente.

As duas características acima justificam a nossa opção pela abordagem qualitativa e anunciam a forma como operacionalizamo-las na realização deste trabalho. De um lado, assumimos que a pesquisa qualitativa possibilitou-nos estudar a história da legislação e das PP sobre o ES em seus diferentes momentos numa perspectiva diacrónica, isto é, desde o período colonial, passando pelo pós-independência até chegarmos ao período neoliberal. Do outro lado, complementando essa historicidade do nosso objecto de estudo, está a possibilidade que a pesquisa qualitativa oferece para a compreensão da legislação e PP do ES numa perspectiva sincrónica, o que permitiu deter-nos em cada um desses momentos de modo a buscar e explorar factores contextuais no seio dos

quais esses discursos (legislação e PP) são produzidos e legitimados ao ponto de ser aceites como orientados da constituição do ES em Moçambique.

Desta forma, em termos mais práticos, fizemos um cruzamento entre as leituras diacrónica e sincrónicas da legislação e PP do ensino superior em Moçambique. Num primeiro momento, identificamos a legislação e as PP que possuem conteúdos relevantes e espelham a visão que se possuía do ES em que cada período histórico, dispendo-os de forma subsequente em termos temporais. No segundo momento, buscamos factores sociais, económicos, políticos e ideológicos característicos de cada momento histórico vinculados aos conteúdos da legislação e PP que descrevemos.

3.2. Produção dos dados

Afirmámos no enquadramento teórico que recorreremos também, ao lado de Mannheim (1982), às contribuições da sociologia do conhecimento de Foucault (1996, 2008) quanto ao estudo do discurso e das várias formas de saber. Em conformidade com esta segunda perspectiva teórica, entendemos ser apropriado enveredar pela arqueologia de saber proposta por este último autor, adoptando-a como uma estratégia de investigação por meio da qual seleccionamos e aplicamos as técnicas de recolha e interpretação dos dados associados a mesma. Desta forma, recortamos, seleccionamos, recolhemos e interpretamos os dados relevantes com base nos procedimentos propostos pela arqueologia do saber.

De acordo com Foucault (2008), a arqueologia do saber identifica e delimitado seus próprios territórios arqueológicos, que podem atravessar textos literários ou filosóficos, bem como textos científicos, ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas, entre outras fontes nas quais os discursos podem ser apreendidos como saberes. Este postulado arqueológico é que nos permite construir a legislação e PP do ES como territórios arqueológicos. Desta forma, para a recolha dos dados neste trabalho, adoptámos, como a principal técnica de recolha de dados, o levantamento documental.

Quivy e Campenhoudt (2005) afirmam que esta é uma técnica secundária geralmente aplicada para obter informação em fontes documentais, isto é, são fontes nas quais as informações disponíveis ainda não foram submetidas a qualquer tratamento teórico, pelo que, podem ser consideradas informações primárias. Essas fontes aparecem, afirma Gil (2008) em documentos oficiais, em estatutos, contratos, legislações, entre outras fontes documentais. Recorremos a esta técnica neste trabalho pelo facto de termos assumido logo de início que pretendíamos trabalhar com legislações e PP que aparecem para nós como documentos que espelhamos dos discursos oficiais sobre o ES em Moçambique.

Foi por meio do levantamento documental que buscamos e identificamos a obra a colectânea intitulada “Cinquenta anos de legislação e políticas públicas do ensino superior em Moçambique 1962-2012”, produzida por Langa, Cumaio e Rafael (2014), na qual juntam e apresentam toda a legislação e políticas públicas produzidas em Moçambique desde 1962 até 2012. Foi em função do intervalo delimitado nessa publicação que no presente trabalho assumimos também como horizonte temporal de análise o mesmo período, isto é, de 1962 até 2012. Foi desta publicação de onde retiramos os documentos relevantes nos quais identificámos a legislação e as PP do ES. Procedemos com a selecção dos documentos em função da sua relevância para compreender a visão que se teve do ES em Moçambique quanto à sua missão, finalidades e estratégias de realização.

A arqueologia do saber é um procedimento que não se limita à simples descrição. Foucault (2008) afirma que ele vai para além do se diz, do que está textualizado, está imediatamente visível e acessível, para alcançar o implícito. Estes elementos podem ser procurados e encontrados nas condições sociais que dão origem e fundamentam os discursos numa determinada época. Foi neste sentido que, buscando transcender o contido na legislação e PP do ES em Moçambique, recorreremos ao levantamento bibliográfico como técnica complementar de recolha de dados. Quivy e Campenhoudt (2005) afirmam que esta é uma técnica secundária que possibilita recolher dados junto de fontes nas quais os mesmos já passaram por um tratamento teórico, em outras palavras, foram objecto de interpretação.

Na realização deste trabalho, recorreremos ao levantamento bibliográfico para recolher informação relativamente a base do conhecimento que possibilitou a produção de legislação e PP do ES em Moçambique. Identificamos essa base enquanto factores sociais, económicos, políticos e ideológicos que condicionaram a produção e permitiram a legitimação dos discursos reflectidos na legislação e PP em referência. Desta forma, consultámos artigos científicos, obras e livros disponíveis sobre a história de Moçambique, fontes as quais encontramos conteúdos referentes aos principais eventos sociais, económicos, políticos e ideológicas característicos das épocas que delimitamos com base nos dados documentos que produzimos, nomeadamente: o colonial, pós-independência e neoliberalista.

Seleccionamos as fontes bibliográficas tomando em consideração a relevância do seu conteúdo no que concerne a descrição dos factores sociais, económicos, políticos e ideológicos que entendemos estarem por de trás da produção da legislação e PP do ES em Moçambique. De mais específicos, baseamos principalmente nas seguintes fontes bibliográficas: Newitt (1995) com o título “História de Moçambique” e Brito (1997) com o título “Moçambique contemporâneo”.

As duas técnicas acima foram fundamentais para operacionalizar e aplicar a arqueologia do saber como o método de base do presente trabalho. O primeiro passo foi buscar as formações discursivas juntos dos documentos, nestes caso, a legislação e a PP sobre o ES em Moçambique, o que foi feito por meio do levantamento documental. A seguir, buscou-se identificar e descrever o conhecimento que serve de referência para a produção dessas formações discursivas, neste caso, que orientaram a produção da legislação e PP sobre o ES. Esta segunda etapa foi realizada por meio do levantamento bibliográfico. Por meio da extensão dos dados bibliográficos percorreu-se a terceira etapa, onde foram buscadas as bases do conhecimento incidindo sobre os factores que compõem o contexto ou situação origem, a considerar os sociais, políticos, económicos, ideológicos.

O diagrama seguinte esquematiza os procedimentos usados na aplicação da arqueologia de saber de Foucault (2008) para um melhor entendimento:

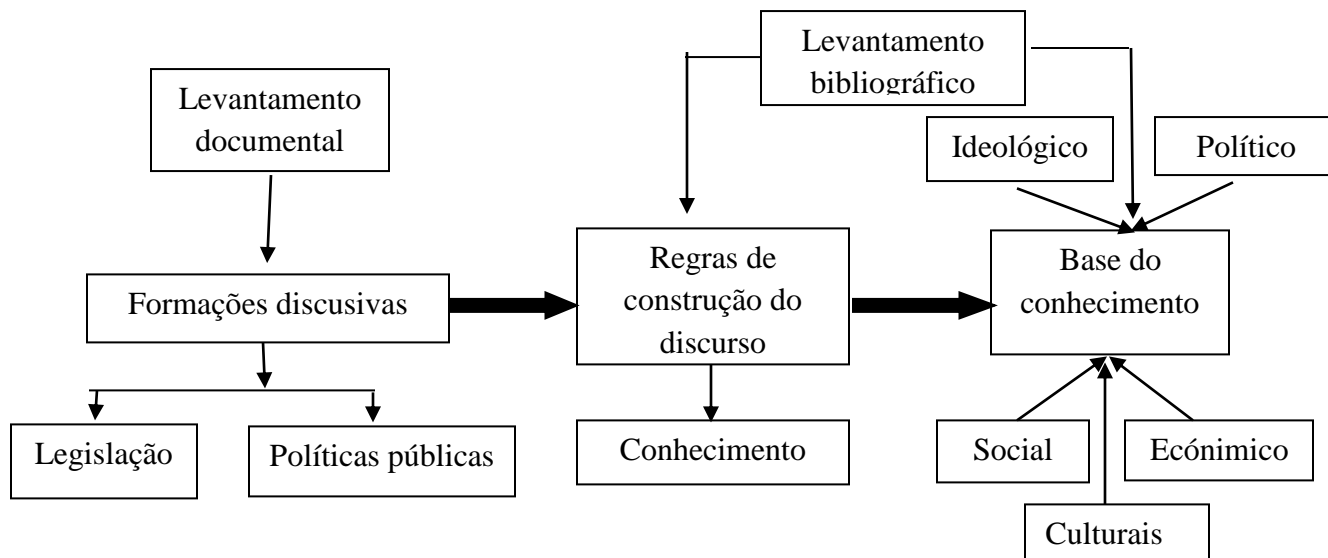


Figura 1. Operacionalização do método da arqueologia do saber.

CAPÍTULO IV

4. Apresentação e discussão dos resultados

Neste quarto capítulo do trabalho procedemos com a apresentação e discussão dos resultados referentes à legislação e PP do ensino superior em Moçambique percorrendo os três períodos históricos que delimitamos aprofundando a base do conhecimento que as informou. Começamos por descrever os principais pontos que compõem a legislação e as, PP e terminamos com os factores que constituem a base do conhecimento de cada período.

4.1. Legislação e PP do ES em Moçambique

Neste primeiro subcapítulo trazemos os dados referentes à legislação e às PP do ES. Subdivimos a nossa apresentação em três secções referentes aos períodos que delimitamos. Iniciamos com o período colonial, seguindo com o período socialista e terminamos com o período neoliberal.

4.1.1. Período “colonial”

Analisamos o período colonial neste trabalho delimitado 1962 como limite mínimo e 1974 como limite máximo. Considerando o volume dos documentos disponíveis para cada período, seleccionámos os conteúdos da legislação e da PP do ES limitando-nos aos actores que as definiram, a criação das IES, a visão sobre o ES, os princípios orientadores, os objectivos definidos e a finalidade atribuída ao ES em Moçambique.

O Governo português, por meio do Decreto-Lei n.º 44 530 cria nas províncias de Angola e Moçambique os estudos gerais universitários cria IES nas províncias de Angola e Moçambique afirmando no seu artigo número 1 que “São criados nas províncias de Angola e Moçambique os estudos gerais universitários, integrados na Universidade Portuguesa”. No mesmo documento, por meio duma portaria conjunta dos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional foi criada,

para a província de Moçambique, uma comissão instaladora dos estudos gerais universitários, cujos membros seriam os representantes das universidades e da Junta de investigações do Ultramar.

É importante entender as responsabilidades atribuídas aos membros da comissão instaladoras dos estudos gerais universitários, na medida em passariam a exercer algum poder de criação de leis e políticas que orientariam o funcionamento da IES. No decreto em referência, nos números 1 e 2 do artigo 11 atribui-se aos membros da comissão as competências de propor todas as providências legislativas e executivas necessárias para a aplicação da lei que cria as IES em Moçambique e, para o efeito, de poder ouvir organismos económicos nacionais.

Com base na 1.^a parte do número 2 do artigo 109 da Constituição, o Governo promulga, no artigo 1 do Decreto-lei supracitado a criação dos estudos gerais universitários, que deveriam ser integrados na Universidade Portuguesa e ser por estes financiados. Esta integração revela, de antemão, a subordinação do ES em Moçambique à legislação e políticas definidas e aplicadas nas IES em Portugal. Veja-se que no mesmo decreto se estabelece que tanto os organismos de investigação científica com sede nas províncias quanto os directores-gerais deveriam estar ser aprovados ao nível dos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional.

A missão atribuída ao ES no período colonial poder ser identificado a partir do Artigo 7 do Decreto-Lei n.º 44 530, em que se refere aos cursos que deveriam ser leccionados. De acordo com este artigo, em primeiro lugar a que considerar que os cursos inerentes às ciências aplicadas tinham prioridade em relação aos das ciências não aplicadas. No seio das ciências aplicadas, os cursos que correspondiam a domínios de actividades nos quais se verificava maior carência de pessoal habilidades superiores deveriam ser assumidos como os mais prioritários no programa da educação superior.

Os critérios de selecção de cursos que mencionamos acima descortinam a dependência do ES em relação às exigências produtivas do período colonial, devendo-se constituir os programas do ES para responder as, carências dos sectores de produção. Até aqui torna-se compreensível o facto de abrir-se espaço para que os membros da comissão instaladora dos estudos gerais universitários

consultarem os organismos económicos nacionais. Estes seriam a fonte da informação do conhecimento sobre os sectores de carência de pessoal com habilidades superiores necessárias e exigidas à realização de determinadas actividades.

O exposto significa que são as mudanças económicas, ocorridas no sector de produção no período colonial que ditavam as mudanças ao nível da formação superior. É no âmbito desta dependência que por meio do Decreto-Lei n.º 48 790, o governo mudou a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique passando a IES a designar-se Universidade de Lourenço Marques em 1968. De acordo com este instrumento legal, duas foram as razões que levaram a essa mudança. A primeira, é que a designação anterior corresponde a ideia de que nas IES seriam leccionados partes gerais de cada curso. A segunda é que foram emergindo necessidades tanto de discentes quanto de docentes que demandaram o propósito do funcionamento integral dos mesmos cursos.

Decerto que as razões acima aponta são apenas ideias encontradas para justificar determinadas acções tomadas em determinado contexto. Sob a arqueologia de saber de Foucault (2008), que nos leva a compreender as ideias enquanto discurso, somos cautelosos no sentido de não reduzir a nossa análise ao que é dito. É neste sentido que entendemos que ao inserirmos esses discursos no seu contexto ou época — que aqui se reduz ao período colonial que delimitamos no início desta secção — poderemos descortinar não apenas o conhecimento que lhes serve de base, mas também o conjunto de factores cuja interligação lhe serve de constelação para a sua origem atribuindo-lhes uma função específica segundo os interesses dos seus autores.

4.1.2. Período “socialista”

Na análise do deste período, delimitamos o limite mínimo de 1975 e o limite máximo o ano de 1989. Para introduzir a descrição da legislação e PP inerentes a este período, podemos começar por fazer referência ao Decreto 12/95 de 25 de Abril, por meio do qual o Conselho de Ministros, no seu Artigo n.º, altera a designação de Universidade de Lourenço Marques para de Universidade Eduardo Mondlane (UEM) que possui a ser usada a partir de 1 de maio de 1976.

Interessante que as mesmas razões apontadas no período colonial para a primeira mudança do nome da mesma IES é apontada para esta segunda alteração, isto é, a necessidade de adequar a organização, funcionamento e gestão da universidade ao momento vivenciado nessa época.

A UEM era até então a única universidade em Moçambique, tendo sido uma herança do colonialismo. Esta singularidade torna a UEM uma instituição privilegiada para compreender a visão que se tinha do ES nessa época. Para finalidades descritivas, podemos apontar para alguns objectivos. Nos seus estatutos, atribui-se a UEM os objectivos de formar profissionais com elevada qualidade técnica e científica em harmonia com as exigências do desenvolvimento do país, incentivar a investigação de acordo as áreas prioritárias do desenvolvimento, desenvolver a consciência deontológica e o brio profissional, entre outros.

Com a finalidade de construir uma educação adaptada à visão da época, por meio do Decreto Presidencial n.º 4/82 de 10 de novembro, é criado o Conselho Nacional de Educação (CNE). No Artigo 2 deste instrumento se estabelece ser responsabilidade de conselho fazer recomendações sobre as formas de implementação da política educacional e a adequação permanente do Sistema Nacional de Educação (SNE) à realidade socioeconômica do país. Em outras palavras, cabe a mesma supervisionar e vigiar o funcionamento de todo o sistema de educação. Veja-se a partir do Artigo 4 do mesmo documento que são membros do conselho os seguintes: secretário do Comitê Central para Política Econômica, Secretário do Comitê Central para o Trabalho Ideológico, Ministro do Plano, o Ministro da Defesa Nacional, Ministro da Indústria e Energia, Ministro da Agricultura, Ministro da Saúde, Secretário de Estado e do Trabalho, Secretário de Estado da Educação Técnico-Profissional, Reitor da Universidade Eduardo Mondlane e Secretário-Geral da Organização Nacional dos Professores.

O CNE é assim um órgão governamental constituído maioritariamente por agentes do Estado vinculados ao aparato político-administrativo, sendo os três últimos — na lista que apresentamos no parágrafo acima — os únicos directamente vinculados, ou melhor, inseridos no sector académico. Com base no SNE, criado pela Lei n.º 4/83 de 23 de março, é compreensível o porquê dessa constituição do CNE. Por um lado, define-se neste documento a necessidade de romper com uma educação tradicional em que o conhecimento e as técnicas transmitidos estavam

vinculados ao dogma, à superstição, à magia, à tradição e com uma educação tradicional, que visava a reprodução da exploração e da opressão que asseguravam a continuidade das estruturas colonial-capitalista. Por outro lado, assume-se o SNE em edificação tem a finalidade de construir uma sociedade socialista, um cidadão com consciência necessárias às transformações revolucionárias, ou simplesmente, que conduza a construção do Homem Novo.

A constituição do CNE, bem como a concepção do SNE tornam possível compreender a base do conhecimento da construção da lei e da PP que orientam a educação neste período. Ainda na lei que cria o SNE afirma-se que este sistema fundamenta-se nas experiências da educação desde a luta armada até a então presente fase da construção do socialismo. Esta constatação está em conformidade com o que afirma Langa (2014) ao defender, quando se refere especificamente ao ES, que as PP que orientam o funcionamento das IES estão baseadas num conhecimento resultante da empiria, adquirido nas experiências quotidianas e, quando muito, profissionais.

O Subsistema de Educação Superior (SES), sendo um elemento do mesmo SNE da época, não assume orientação diferente. No n.º 1 do Artigo 36 da Lei em referência (n.º 4/83 de 23 de março) caracteriza-se o SES da seguinte forma:

O Subsistema de Educação Superior realiza a formação de profissionais técnicos e científicos com um alto grau de qualificação e tem profundo conhecimento da realidade nacional e das leis do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento, para participarem no desenvolvimento e defesa do País e da Revolução.

Em conformidade com essa função que se atribui ao ES neste período, entende que as instituições deste nível de ensino tem como tarefa realizar oferecer uma formação vinculada à investigação científica priorizando estudantes provenientes da classe operária mesmo não tendo as habilitações definidas como necessárias para frequentar a formação superior. O objectivo n.º 1 do Artigo 37 do documento em referência, deixa mais explícita a estreita ligação entre a orientação política, científica e técnica característica do ES ao estabelecer que o SES deve “Assegurar um alto grau de formação politico-ideológico, científica, técnica e cultural num ramo ou especialidade das diferentes esferas de actividade produtiva e social, que confira aos jovens e adultas capacidades (...)”.

O interesse em construir um SNE que cumpra as funções da edificação de uma sociedade socialista concorreu para que por meio do Diploma Ministerial n.º 73/85 de 4 de dezembro fosse

criado o Instituto Superior Pedagógico (ISP). Este acto de criação assenta no postulado segundo o qual:

A formação de professores com uma sólida qualificação político-ideológica, científico técnico, psicopedagógica e metodológica é uma condição essencial para a elevação da qualidade do ensino e do rendimento escolar no quadro do desenvolvimento económico e social do país. O Sistema Nacional de Educação prevê, por isso, que a formação de técnicos de educação e professores para o ensino secundário e médio se passe a realizar em cursos de nível superior, pelo que se torna necessária a criação de uma instituição de ensino superior expressamente vocacionada para esse fim.

A partir do ISP representa-se a ideia de que a construção de um tipo de sociedade desejada, como missão confiada às instituições de ensino, passa, antes, pela formação de professores qualidade político-ideológica e técnicas de oferecer aos discentes uma formação em conformidade com as exigências do desenvolvimento económico e social do país. No âmbito da política de expansão dos ensinos dos níveis secundários, médio-profissional e pré-universitário, é aberta uma delegação do ISP na Beira tendo sempre em vista as exigências do desenvolvimento do país.

É ainda dentro deste período em que por meio do Decreto n.º 1/86 é criado o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) sob argumento de se pretender facultar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros quadros habilitados política e tecnicamente para esse ministério por desempenhar as suas funções diplomáticas. Desta forma, no Artigo 5 desse decreto define-se que ser responsabilidade do instituto formas profissionais para o serviços diplomático e consular, assim como outras relacionadas às relações internacionais. Entende, neste sentido, mais uma vez que a criação de uma instituição pública está subordinada às necessidades inerentes as questões político-administrativas.

Com base no exposto, podemos afirmar que a criação das IES público no período socialista está fundada nas exigências tanto da construção da sociedade que se pretendia edificar sob ponto de vista de uma visão político-administrativa. A primazia das razões políticas e administrativas justificam a razão pela qual até a prática da investigação científica está dependente ou sujeita aos interesses políticos. Veja-se, por exemplo, no caso do ISRI, como uma instituição é criada especificamente para atender às preocupações de um ministério em específico.

4.1.3. Período “neoliberalista”

Este período vai do ano de 1990 a 2012, pelo que, não são objecto de análise leis e PP concebidas após este último ano. Introduzir a questão do ES implica, como fizemos acima, fazer um enquadramento geral para a sua especificação progressiva assumindo que as leis e políticas específicas se subordinam as mais gerais. Desta forma, iniciamos por fazer referência à Constituição da República de 1990 na qual se identifica nos números 1 e 2 do Artigo 92 nos quais se estabelece que a educação constitui direito e dever de cada cidadão e que o Estado promove a extensão e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.

Não se faz qualquer referência à educação superior. Lacuna esta que veio ser fechada com a Constituição da República de 2004, na qual o Artigo 114 refere-se especificamente ao ES. No número 1 deste artigo, reproduzindo os princípios estabelecidos na constituição anterior sobre o acesso à educação no geral em Moçambique, define-se que “O acesso às instituições públicas do ensino superior deve garantir a igualdade e equidade de oportunidades e a democratização do ensino, tendo em conta as necessidades em quadros qualificados e elevação do nível educativo e científico no país.”

A expansão, o acesso equitativo e a qualidade da educação superior, bem como de outros níveis de educação, tornam-se os elementos constituintes e princípios orientadores da visão sobre o ensino no país. Na Política Nacional da Educação (PNE), aprovada pela Resolução n.º 8/95 de 22 de agosto, corroborando e reproduzindo o previsto na constituição de 1990, reitera-se que:

[...] a política nacional de educação é de assegurar o acesso à educação a um número crescente de utentes e de melhorar a qualidade dos serviços prestados em todos os níveis e tipos de ensino. Portanto, pretende-se massificar o acesso da população à educação e fornecer uma educação com uma qualidade aceitável, isto é, uma educação com um conteúdo apropriado e um processo de ensino-aprendizagem que promova a evolução contínua dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, de modo a satisfazer os anseios da sociedade.

No mesmo sentido, em termos mais sectoriais, afirma-se na mesma política no tópico referente ao ES que:

As políticas de desenvolvimento do ensino superior a médio prazo, priorizarão a expansão do acesso e melhoria da qualidade do ensino. Implicitamente, está aqui considerado o aumento da eficácia no que respeita à qualidade e relevância dos graduados, a investigação, a prestação de serviços, a diversidade e representação regional.

À expansão, ao acesso e à qualidade junta-se a importância de oferecer uma educação superior virada para a satisfação das necessidades da sociedade, especificamente do mercado e do desenvolvimento do país como se pode verificar nos objectivos definidos para este nível de formação. De forma sintética, na política em referência constituem objectivos do ES, dentre outros, incentivar a investigação científica e tecnológica para formar estudantes capazes de resolver os problemas com relevância para sociedade e para o desenvolvimento do país; difundir a extensão através do intercâmbio de conhecimentos técnicos científicos.

Veja-se que construção de um ES virado para o mercado está mais claro quando na estratégia da expansão do acesso, na sua alínea a) se assume que o conceito de expansão refere a ampliação das capacidades dos estudantes em responderem às exigências sociais, políticas, económicas e culturais do desenvolvimento do país. Neste sentido, o aumento do volume de estudantes, a melhoria da qualidade de ensino, a introdução de novos cursos, a revisão curricular, a expansão da investigação, entre outros princípios e medidas tem em vista esse propósito: capacitar as IES para responder às exigências da sociedade. Em outras palavras, podemos afirmar que da visão que orienta a constituição e funcionamento do ensino superior em todos os seus níveis está focada na resposta às demandas do desenvolvimento social em todas suas dimensões.

A Lei n.º 1/93 de 24 de junho, que regula a actividade do ES na República de Moçambique, a partir dos princípios apresentados no seu Artigo 2, reitera o alinhamento entre a PNE e o que se espera do ES. Vejamos que no seu Artigo 2 estabelece que ES são orientados pelos princípios de: a) democracia e respeito pelos direitos humanos; b) igualdade e não discriminação; c) valorização dos ideais de pátria, ciência e humanidade; d) libertação de criação cultural artística Científica e tecnológica; e) participação no desenvolvimento económico científico, social e cultural do País da região e do mundo; f) autonomia das instituições de ensino superior. As Leis subsequentes que regulam a actividade do ES, Lei n.º 5/2003 de 21 de janeiro e a Lei n.º 27/2009 de 29 de setembro, conservam os mesmos princípios que orientam tendo sido concebidas para adequar o seu conteúdo ao novo contexto em que foram surgindo novas IES.

A preocupação com a expansão, acesso e qualidade de ensino nas ISE continuam presentes tanto no Plano Estratégico do Ensino Superior Moçambique para o período 2000 – 2010 de julho de

2000 quanto no plano subsequente, o Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020, de abril de 2021. O aumento do número de estudantes, a inclusão de todos os grupos sociais, a forma de qualidade baseada em competências técnico-profissionais, adaptadas às exigências do mercado e do desenvolvimento, o desenvolvimento de habilidade para o envolvimento em actividades de pesquisa científica, são algumas das atribuições reservadas às IES. Grande parte dos documentos legais e políticas do ES em Moçambique foram concebidos em conformidade com essas e outras atribuições do ES no país.

Em termos de abertura de novas IES no âmbito da expansão do ES em Moçambique, verificamos a abertura de mais delegações do ISP, tendo mudado de nome para o de Universidade Pedagógica (UP) por meio do Decreto 13/95 de 25 de Abril. O argumento para esta mudança permanece o mesmo, fazer um enquadramento da instituição para melhor responder às tendências da realidade sendo que neste caso específico trata-se do crescimento e expansão da formação de docentes e outros quadros da educação e áreas afins.

Ainda sob o argumento de formar o Homem por via do desenvolvimento do ensino e investigação, encontramos iniciativas de abertura de novas IES. Neste caso particular, trata-se da primeira IES privada a ser aberta em Moçambique. Por meio do Decreto n.º 43/95 de 14 de Setembro foi permitida abertura da Universidade Católica de Moçambique (UCM). Como preconiza a PNE, no seu subsistema do ES, as universidades privadas já também chamadas a responder às demandas do desenvolvimento do país, o que seria mais eficiente considerando que UCM pretendia leccionar cursos superiores sem fins lucrativos. Na mesma linha, embora com fins lucrativos, é criado o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) pelo Decreto n.º 44/95 de 13 de setembro, cuja evolução valeu a aceitação para trocar a sua designação Universidade Politécnica.

É interessante verificar como a orientação técnica é bastante destacada nas IES que vão sendo criadas. Por exemplo, na Academia Militar, criada pelo Decreto nº 62/2003 de 24 de dezembro, destaca no Artigo 60 dos seus estatutos que a formação científica de carácter técnico deve merecer especial atenção e primazia no contexto global de formação dos futuros oficiais face aos desafios emergentes com vista a satisfazer as qualificações profissionais indispensáveis para o exercício

das funções técnicas inerentes às especialidades das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). A mesma prioridade científica de índole técnica é atribuída ao Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCSA).

Não obstante, os esforços para a expansão e garantia do acesso massiva ao ES evidados desde o período socialista e reforçados neste períodos, Moçambique ainda vivencia uma situação dramática, sendo este argumento suficiente para justificar a abertura para a criação de novas IES como é caso da São Tomás de Moçambique (USTM), criado pelo Decreto n.º 29/2004 de 20 de agosto. Trata-se de mais uma instituição privada chamada a responder ao desafio da expansão do ES no país. Interessante constatar que embora mencionado nalgumas passagens, a questão da qualidade não é recursivamente chamada a fundamentar a criação de mais IES em comparação às questões de expansão e acesso.

Se se entende que a abertura de uma IES representa uma mais-valia face ao desafio da expansão do ES no país, ao nível da organização das IES, especialmente quanto aos programas dos cursos leccionados, encontramos outras razões que fundamentam a criação de instituições com orientação específica. A crescente especialização de determinadas áreas de formação está por detrás da abertura de novas IES privadas como é o caso Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM), criado pelo Decreto n.º 54/2004 de 1 de Dezembro. O foco aqui vai para a nova realidade econômica do país para se entende ser relevante formar quadros nas áreas de contabilidade e auditoria.

Não se trata aqui de estamos a alistar as IES abertas em Moçambique neste período, o que escaparia do escopo deste trabalho. Estamos a realizar este exercício porque entendemos que as IES estão vinculadas, na sua maioria, a determinadas áreas de formação, o que revela o que se espera de cada. Assumimos também que as razões que se apontam para justificar a abertura de uma ISE revelam a visão que se tem em cada contexto e para cada instituição. Por exemplo, a criação do Instituto Superior de Administração Pública (ISAP) por meio Decreto n.º 61/2004 de 29 de Dezembro está fundamenta no Programa do Governo da República de Moçambique em elevar a qualidade técnica e profissional dos seus quadros como uma das suas prioridades. Desta

forma, entende-se que o ISAP reflecte essa visão e oferece condições organizacionais e funcionais que contribuem para a satisfação dessa visão.

Afirmamos, com base nas contribuições de Foucault (1972), que concebemos a legislação e as PP enquanto discursos sujeitos a regras de enunciação dentro do campo de enunciação onde são produzido. Isto significa que ninguém poder dizer o que quiser, como quiser, quando quiser. É com base nestas ideias deste referencial teórico que entendemos que os discursos argumentativos apresentados para justificar a criação das IES em Moçambique espelham mais do que eles transmitem explicitamente. No entanto, o que transmitem é relevante para compreender a visão que se reflecte em cada instituição aberta. Daí que os momentos de mudança de discurso aparecem-nos como reveladores, talvez, de uma mudança de visão dentro de uma mesma época.

Identificamos uma viragem no discurso argumentativo para a abertura de IES na criação Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG) pelo Decreto n.º 30/2005 de 23 de Agosto. Chama-se aqui o esforço em agir em conformidade com a Política e Estratégia do Ensino Superior e Programa Quinquenal do Governo 2005 – 2009 que preconizam a questão da promoção do acesso. Fala-se também de uma educação superior fundada no espírito criativo e de empreendedorismo para o auto-emprego e dos contributos para o combate à pobreza absoluta em conformidade com o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). O mesmo discurso se adopta para Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM), Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT).

Programa Quinquenal do Governo 2005 – 2009, ao lado Política e Estratégia do Ensino Superior (PEES), é agora chamado para justificar a visão que se tem ao se criar a Universidade Lúrio por meio do Decreto 50/2006 de 26 de Dezembro. Trata-se de abrir mais IES públicas para combate a pobreza por meio da investigação e extensão. O mesmo ocorre com a criação da Universidade Zambeze, UniZambeze e demais delegações abertas nas diferentes províncias de Moçambique.

De lei a lei, de PP à PP, os discursos em torno do ES foram variando no mesmo período. Alguns deles como é o caso do referente à expansão e ao acesso revelaram-se contínuo desde o período socialista até e durante todo o período neoliberalista. De uma forma ou de outra, as IES em

Moçambique durante este período foram sendo criadas e estruturadas em função de factores que lhes são externos. Notou-se uma continuidade ao apelo à necessidade da construção do homem, às exigências do desenvolvimento do país, aos desafios de combate a pobreza, bem como a relevância de estar em conformidade com estratégias, planos e programas alguns dos quais não directamente ligados ao ensino superior como é o caso do Programa do Governo de Moçambique.

4.2. Das bases da legislação e PP do ES em Moçambique

Neste segundo subcapítulo buscamos transcender os conteúdos da legislação e das PP que descrevemos anteriormente enquanto discurso em torno do ES em Moçambique para captar, num primeiro momento, o conhecimento que serve de base para a construção desses discursos e, num segundo momento, as bases desse conhecimento, em outras palavras, as condições sociais — usamos esta expressão para fazer jus à expressão foucaultiana, no entanto, nalguns momentos designamos de factores de modo a diferenciar as dimensões social, econômica, política e ideológica que constituem essas condições – de emergência desses conhecimentos. A arqueologia de saber permite-nos escavar fundo até esses níveis de busca analítica.

4.2.1. As bases do conhecimento “colonial”

Iniciamos com a exploração das bases do conhecimento colonial que permitiram a produção discursiva em torno do ES nesse período por meio da legislação e das PP. Retomando algumas passagens do subcapítulo anterior, são identificados alguns factores que informaram o conhecimento deste período para a construção do ES. Com base nos resultados, argumentamos aqui o conhecimento colonial teve como condições ideológicas, políticas, econômicas e sociais.

Para iniciar, podemos referenciar ter sido no período colonial onde foi criada a primeira IES designada de Estudos Gerais Universitários de Moçambique, cuja organização seria a reprodução da universidade portuguesa e funcionamento estaria sobre vigilância dos Ministros do Ultramar e

da Educação Nacional. Trata-se assim de princípios definidos legislados pelo governo colonial para a estruturação do ES.

A criação da primeira instituição do ES e a definição dos seus princípios de organização e funcionamento foram bases num conhecimento empírico adquirido pelos agentes do governo colonial a partir das suas experiências portuguesas, ou melhor, experiências acumuladas na referida universidade portuguesa. Veja-se que enquanto o conhecimento acumulado em Portugal serviam de referência para a constituição do ES em Moçambique enquanto província portuguesa, os Ministros do Ultramar e da Educação Nacional actuavam como agentes de vigilância a íntegra observância dos princípios e preceitos da universidade portuguesa.

A definição da universidade portuguesa como referência permite afirmar que, de facto, a organização da primeira ISE em Moçambique foi, em certa medida, feita de acordo com epistemologias cívicas vinculadas ao domínio académico-científico. De referir que Jassanof et al (2005) afirmam que essas epistemologias são formas de conhecer e racionar os problemas e organizar a realidade social. Neste caso, afirmamos que experiências universitárias portuguesas informaram a organização os Estudos Gerais Universitários de Moçambique enquanto uma IES. Não obstante, como sugere Foucault (1972), é sempre necessário ir para além do que nos é imediatamente dado. Isto significa assumir para este trabalho se o saber académico é a base da organização do ES no período colonial, existe uma base que orientou a aplicação desse saber académico. Referimo-nos às experiências políticas-ideológicas.

Esses factores político-ideológicos podem ser captados junto da comissão instaladora do ES que detinha o poder de criar leis e políticas que passariam a orientar o funcionamento das IES. Trata-se de um grupo político instituído com a finalidade de assegurar o funcionamento do ES de acordo com os interesses portugueses. Como afirma Newitt (1995, p. 416) ao caracterizar o ensino após 1960 apontando que “O ensino seria centralizado e cada vez mais consentâneo com a prática metropolitana sob orientação de uma Direcção Provincial.” Dois anos depois, é criada a primeira IES que vai reflectir e reproduzir o espírito da época estando sobre vigilância de um grupo — na verdade, uma comissão — portuguesa.

A legislação que cria o ES no período colonial reflecte um discurso composto por ideia que desempenham uma função ideológica. Mannheim (1982) afirma que a ideologia tem a função conservar e reproduzir uma determinada ordem sociais de modo que o grupo que a propala mantém a sua posição e, conseqüentemente, os privilégios dos quais não pretende abrir a mão. De facto, como descreve Newitt (1995) a primeira universidade moçambicana emerge num momento em que Portugal deparava-se com a evolução do movimento nacionalista, pelo que, sentia-se ameaçada de perder o domínio sobre o território nacional, o que tornou necessário evitar esforços para manter as coisas sobre seu controlo.

Se os factores políticos e ideológicos ofereciam condições para que a constituição de um saber empírico que veio a criar e a organizar a primeira IES, não menos importante foi o papel desempenhado pelos factores económicos. Afirmamos acima que os Estudos Gerais Universitários de moçambicano, passado a designar de Universidade de Lourenço Marques em 1968, tinham como referência a universidade portuguesa, da qual buscava os cursos a serem seleccionados. No entanto, a selecção dos cursos prioritários dependia menos da universidade portuguesa em relação aos factores económicos. No Artigo 7 do Decreto-Lei n.º 44 530 ficou estabelecido que os cursos prioritários eram os que tinham uma aplicação prática que correspondiam a actividades em que havia carência de pessoal com habilidade superiores.

Os critérios para a selecção dos cursos sugere que factores sociais (habilidades pessoais) e económicas (capacidade produtivas e áreas de interesse para produção de bens e serviços) constituíam factores que condicionavam a organização do programa curricular em termos de cursos a serem seleccionados na Universidade de Lourenço Marques. Ao definir o método para o estudo do saber, Foucault (1972) defende a necessidade buscar as condições sociais que permitiram a forma dos discursos. Neste trabalho encontramos na carência de habilidades pessoais, na necessidade de capacidades produtivas e no interesse em produzir bens e serviços como factores que representam essas condições sociais.

Analizamos os factores políticos, ideológicos, sociais e económicos que permitiram a produção de um conhecimento empírico que representa a base para a produção da lei sobre o ES no período colonial enquanto um discurso colonial sobre o ensino superior. Esses factores não podem ser

percebidos de forma isolada, pelo contrário, a partir da sociologia do conhecimento de Mannheim (1951), compreendemo-los como constituindo uma constelação. De acordo com este teórico do conhecimento, a constelação é vista como a combinação específica de certos factores numa determinada época permitindo a interpretação dos eventos dessa mesma época. Os factores políticos, ideológicos, sociais e económicos que alista, combinados constituem a constelação do período colonial, que podemos designar de domínio colonial.

É sobre e dentro do domínio colonial que a lei do ES emerge como um discurso que visa reproduzir a IES enquanto uma instituição que assegura o poder colonial sobre. A comissão gestora, os cursos seleccionados, os objectivos atribuídos, o seu funcionamento, entre outros elementos inerentes ao ES no período colonial aparecem como mecanismos de exercício e reprodução do poder colonial num contexto em que esse poder, como afirma Newitt (1995), já estava a ser ameaçado pelos movimentos nacionalistas. Ameaça essa que veio a resultar na independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975 (Brito, 1997, p. 190).

Nesta secção foi-nos possível constatar que a produção da legislação e PP sobre o ES no período colonial ocorreu por meio de um conhecimento empírico, baseado em factores político-ideológicos como a satisfação dos interesses colonialista, o refreamento do movimento nacionalista, a conservação do poder e dominação colonialista, bem como em factores socioeconómicos vinculados a necessidade habilidades pessoais, capacidades produtivas, áreas de interesse de produção de bens e serviços. A combinação destes factores representam a constelação da época colonial.

4.2.2. As bases do conhecimento “socialista”

Nesta segunda secção aprofunda-se o conhecimento que orientou a produção de legislação e PP sobre o ES no período socialista, aprofundando os factores da época que lhes serviram de base. Com base nos resultados, defendem que as bases do conhecimento socialista virado para o ES foram tanto ideológicos, políticos, sociais, económicos quanto culturais.

O período pós-independência, que designamos neste trabalho de socialista conforme a orientação político-ideológica adoptada, representou, pelo menos na intenção e na acção do novo governo — não nos questionamos aqui acerca dos resultados dessa intenção e suas respectivas acções¹, a ruptura com a herança do colonialismo em todos os domínios incluindo o da educação. Esta descontinuidade foi bem expressa na Lei n.º 4/83 de 23 de Março, que cria o SNE, onde se afirma o rompimento com tanto com a educação colonial, bem como com a educação tradicional. A mudança do nome de Universidade de Lourenço Marques para UEM expressa esse desejo de ruptura.

Como demonstrámos no subcapítulo anterior, para a consecução de todos os objectivos do Estado novo (o pós-independência) no âmbito da educação, foi necessário que legislações e PP fossem concebidas para facilitar a tradução de ideias em acções e de acções em resultados. É aqui onde encontramos o Decreto 12/95 de 25 de Abril (muda o nome da universidade), o Decreto Presidencial n.º 4/82 de 10 de Novembro (cria o CNE), a Lei n.º 4/83 de 23 de Março (cria o SNE), o Diploma Ministerial n.º 73/85 de 4 de Dezembro (cria o ISP), entre outros instrumentos. Estes instrumentos tinham um propósito: colocar o ensino, especialmente o ES, a serviço da construção de uma sociedade socialista, o que passava, conforme os discursos do então presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel, pela criação do Homem Novo.

Mais uma vez, na história do ES em Moçambique, foi o conhecimento empírico que orientou a produção da legislação e PP sobre o ES. Esse conhecimento baseou-se nas experiências dos actores por detrás da legislação e PP do ES em Moçambique no período socialista. A lei do SNE é expressiva quanto a este conhecimento ao afirmar que a educação neste período resulta das experiências de educação que vinha sendo vivenciadas desde a luta armada contra o colono. Não há em qualquer das leis e PP que analisamos neste trabalho, alguma referência que faz um estudo ou pesquisa que científica que se tenha feito sobre o ES em Moçambique que servira de dos discursos formais do ES no país.

¹ Como afirma Foucault (1992), na análise do discurso não interessa a analisar se constitui a verdade ou não, isso sob ponto de vista da arqueologia do saber. Antes, a riqueza análise implica aprofunda os seus campos de emergência.

Desta forma, a luta armada é o que Mannheim (1951), designa de contexto de origem do conhecimento e, neste casos, o pós-independência pode ser considerado como contexto de validação do mesmo, na medida em que passam, mediante o acto de legislação, pelo processo de institucionalização. Estas constatações corroboram muito do que se tem tido na literatura relevante sobre o ES tanto em Moçambique quanto nalguns países ao nível internacional. No contexto moçambicano, Langa (2010, 2014) aparece, como o exposto, defendendo a ideia segundo a qual o ES no país tem sido objecto de concepções do senso comum, fundadas nas experiências, conversas e debates quotidianos, isto é, no conhecimento construído ao longo das vivências e interacções do dia-a-dia. No contexto angolano, Liberato (2019) partilha constatações semelhantes ao indagar os políticos como formadores de PP do ES baseando em suas experiências se interesses políticos.

De paramo-nos com um paradoxo bastante interessante neste trabalho no seio do período colonialista. Por um lado, governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) propõe-se a romper com a educação tradicional, responsável pela consciência mística que caracterizava grande parte da população moçambicana, por meio da ciência (Brito, 1997; Newitt, 1995), tendo o ES, como revelam a legislação e as PP do ES, como espaço privilegiado para o estímulo da investigação científica. Contrariamente ao que se podia esperar, por outro lado, o conhecimento de base da legislação e PP do ES de nada tem de científico sendo caracterizada por experiências quotidianas. Aqui está o paradoxo: querer combater o sendo comum através de um conhecimento produzido e fundado no senso comum. Em síntese, trata-se de querer combater o senso comum tradicional com o senso comum político, o que faz com que se incorra numa realidade circular, redundante.

O exposto torna o trabalho de identificar e caracterizar o pensamento frelimista como um dos principais factores que informam o conhecimento de emergência da legislação e PP do ES no período socialista. Permitam-nos, de forma muito breve, caracterizar esse pensamento. Podemos fazê-lo a partir das seguintes passagens:

A Frelimo chegou ao poder decidida a acabar com a opressão social e política. Os odiados governantes coloniais foram derrotados, e agora era necessário libertar o povo da opressão interna. Esta foi definida parcialmente como classe — a existência de relações sociais feudais e capitalistas que haviam explorado as

diferenças étnicas — e parcialmente em termos da opressão da ignorância. As relações sociais feudais e capitalistas dominaram as vidas de uma população de que 805 eram ainda rurais; tinham-se instalado acentuado as divisões étnicas, instalado os chefes tradicionais como agentes do governo colonial com poder sobre as vidas das pessoas, colocado abastados homens poliginicos em posição de controlar a capacidade produtora das mulheres, e sujeitado a população masculina mal remunerado. (Newitt, 1995, p. 469-70)

E ainda:

Contrariamente ao que se tinha passado durante a luta armada, numa altura em que a necessidade de apoio popular era incontornável e ditava os limites da acção modernista da direcção da Frelimo, no Moçambique independente os dirigentes engajaram-se numa via administrativa e repressiva. A evolução da posição da Frelimo sobre a questão dos «chefes tradicionais» ilustra particularmente a mudança de orientação que sucede à tomada do poder. (Brito, 1997, p. 196)

Claramente que estas passagens reflectem uma miniatura da complexidade que caracteriza o cenário da época pós-independência, mas serve para os propósitos interpretativos deste trabalho. Extraídas de fontes distintas, as duas transcrições expostas reflectem uma Frelimo que atravessa dois momentos nos quais assume duas posições distintas no que concerne à realidade ao seu redor. No período colonial, temos uma Frelimo líder do movimento nacionalista contra o colono em Moçambique propalando um discurso não apenas de destruição do colonialismo mas também da edificação de uma sociedade melhor. Trata-se sob ponto de vista da teoria mannheimiana, de um discurso utópico.

De acordo com Mannheim (1982), a utopia seria um conjunto de ideias partilhadas socialmente que, estando virada para o futuro, opõem-se ao status quo buscando a sua transformação para a edificação de uma ordem futura melhor, qualitativamente, que a presente. Brito (1997) afirma que foram esses discursos da Frelimo que levaram à adesão massiva e voluntária dos moçambicanos à luta contra o colono. No entanto, após a independência, embora os discursos foram reproduzidos, as práticas seguiram um rumo contrário. Temos uma Frelimo opressora, que se servia do aparato administrativo para se impor e reproduzir o seu poder sobre a sociedade. Em termos teóricos, temos uma Frelimo ideológica².

² Sem recorrer aos conceitos de utopia e ideologia, Weber (1992), antes de Mannheim (1982), foi o autor que demonstrou como os discursos utópicos podem, por meio do processo de rotinização, transformar-se em ideologia. O líder carismático que arrasta massas na promessa de edificar uma realidade futura melhor enfrenta constantemente o risco de cair na rotina e perder as qualidades que atraem os seus seguidores, pelo que, estrategicamente, pode incorrer à burocracia para tornar a sua dominação estável e duradoira conservando a sua posição superior em relação aos demais.

Decidimos o nosso posicionamento teórico. O que encontramos no pós-independência é uma ideologia frelimista que concebe um ES a serviços da ideologia. Desde a UEM, passando pelo ISP até o ISRI, estas instituições estavam a serviço da ideologia socialista e, em simultâneo, como afirma Foucault (1972), serviam de mecanismos de expansão do poder do novo governo por meio da educação superior. Uma questão interessante neste período foram abertas apenas IES públicas, o que reflecte a ideia socialista contra a privatização.

Brito (1997) afirma que a Frelimo precisa permanecer vigilante ao ressurgimento da tradição e do colonialismo na educação. Essa vigilância foi exercida pelos membros do CNE dentre os quais de um total de onze apenas três estavam ligados à educação no seu verdadeiro sentido. Entre estes membros existia Secretário do Comité Central para o Trabalho Ideológico, cuja designação facilita o entendimento da função que desempenha no ES: garantir que a organização e funcionamento ES não se desviasse da ideologia do partido.

Embora consideremos que os factores ideológicos tenham pesado na definição da legislação e PP do ES no período socialista, é importante não abandonarmos o postulado mannheimiano de que uma estrela não constitui uma constelação, ou seja, um factor isolado não oferece condições suficientes para a emergência de um discurso que se impõe como dominante numa determinada época. Os factores políticos, sociais, económicos até culturais interferiram e constituíram, juntamente com os ideológicos, na constituição da constelação que deram origem a legislação e PP do ES no período socialista. Era preciso expandir o poder da Frelimo contra os sistemas feudais e capitalistas ainda existentes (Brito, 1997); era necessário integrar as comunidades camponesas (Newitt, 1995); era indispensável impor a economia moderna contra a tradicional (Newitt, 1996; Brito, 1997) e, indispensável, era pertinente transmitir valores e normas de um homem novo (*Ibidem*).

O ES cumpria com todos os propósitos que mencionamos acima. Veja que no SNE, no subsistema do ES, são definidos os critérios de acesso ao ES, apontando-se para a exigência e possuir o nível pré-universitário concluído. No entanto, no mesmo documento – não há regra sem excepção – a excepção é a abertura para a admissão de estudantes provenientes da classe operária mesmo não possuindo o nível pré-universitário frequentado ou concluído. Em outras palavras,

sob ponto de vista da ideologia frelimista, a extensão do seu poder, a integração social, a modernização da economia e a construção do homem novo para admissão das massas pertencente à classe operária ao ES, pois é tarefa das instituições de ensino deste nível cumprir com essas funções.

Mais uma vez podemos recuperar Foucault (1972) para entender como por meio da legislação e das PP do ES o poder da Frelimo se instala, se expande e se solidifica na sociedade. De acordo com este autor, estes discursos proibem, vigiam e oprimem. A legislação e as PP conferem ao ES a responsabilidade não apenas de formar o Homem novo, enquanto um homem futuro para a sociedade socialista, mas também de para, no presente domesticar o homem presente, levando a rejeitar tudo o que é estranho aos princípios frelimistas como a tradição para incorporar o que é transmitido em nome da educação e qualificação profissional.

Antes de transitarmos para o último período, podemos traçar algumas linhas de continuidade em relação ao período precedente. Como a época colonialista, a socialista subjugou o ES ao desígnio da ideologia, isto é, do que servia aos interesse do que governa e permitia conservar a sua posição; organizou o ES em função das necessidades económicas e sociais da sociedade, ou melhor, do desenvolvimento; a legislação e PP tem como base as experiências pessoais e colectivas vivenciadas no mundo da vida quotidiana³, em que o questionamento é um exercício raramente levado a cabo.

Demonstramos nesta secção que a produção da legislação e PP sobre o ES em Moçambique durante o período socialista foi orientada pelo saber empírico decorrente de experiências informadas por factores ideológicos que buscavam a edificação de uma sociedade socialista; factores políticos vinculados a instalação e expansão do poder da Frelimo; factores económicas ligados introdução de económica moderna; factores sociais referentes à inserção social das comunidades camponesas; e, factores culturais com a finalidade de transmitir valores e normais do Homem Novo.

³ Schutz (1979) afirma que no mundo da vida quotidiana os indivíduos tendem a assumir uma visão naturalizada da realidade que os rodeia, pelo que, raramente a problematizando limitando a assumir o que lhes dado como real.

4.2.3. Bases do conhecimento “neoliberalista”

Nesta última secção são buscadas as bases do conhecimento que orientou a produção da legislação e PP sobre o ensino superior durante o período neoliberalista. O nosso argumento aqui é: as formações discursivas em torno do ES continuam sendo produzidas sob orientação de conhecimento empírico, baseado em factores de ordem política, económica e social.

A Constituição da República de 1990, o marco da institucionalização de um sistema político multipartidário, representa um documento central em que estão definidos as bases do ensino em Moçambique definindo necessidade de expandi-lo e assegurar o acesso de todos os cidadãos. No entanto, é na Constituição da República de 2004 em que se faz referência mais específica ao ES, ou melhor, à necessidade de expandi-lo e de assegurar a igualdade e equidade de oportunidade e democratização. Desde 1990, o ideal democrático é torna-se o referencial para a definição e implementação de legislação e PP do ES superior em Moçambique. É possível verificar como a necessidade de democratizar o ES é recorrentemente assumido suas leis e PP.

É compreensível todo este marcado democrático na legislação e PP do ES considerando foi neste período em que Moçambique se assumiu como um Estado democrático. De acordo com Brito (1999), com a crise do Estado-Frelimo, forçado pela crise económica, social e política que o país enfrentava – o que estava a levar a uma degradação progressiva da vida da população – o governo da Frelimo acaba por se converter ao ideal democrático. Desta forma, continua o autor, foi preciso realizar uma série de mudanças instituições para a instauração de um novo sistema, o multipartidarismo. É neste quadro que a legislação e PP do ES assumem como alicerce à necessidade de sua democratização.

Outro aspecto que chama atenção nesta transição do monopartidarismo para o multipartidarismo é a autonomização das IES. Se período socialista as instituições de ensino estava directamente subjugada ao poder central do Estado Frelimista (Brito, 1999), com a adesão à democracia, às instituições do ES é conferida a autonomia em relação ao poder central do Estado frelimista como se pode verificar na alínea f), do Artigo 2 da Lei n.º 1/93 de 24 de Junho. No mesmo documento são destacados outros valores decorrente da ideologia democrática tais como respeito dos

direitos, igualdade, não discriminação, liberdade cultural. Isto significa que foi no âmbito das experiências políticas que fundamenta o conhecimento que condicionou a definição e legislação e PP do ES logo após a conversão de Moçambique a um Estado democrático.

Foucault (1972) afirma que a delimitação entre época não pode ser apenas analisada em função das rupturas e descontinuidade, relevante e frutífero atentar para continuidade entre épocas sucessivas, mas sempre aberto para descobrir que podem ter bases distintas. Nos primeiros anos do presente período, encontramos na legislação e PP do ES a finalidade de construção do Homem que também ocorreu esteve presente no período capitalista sobre designação do Homem Novo. A distinção que se pode encontrar entre os dois homens a serem construídos pelas IES é que o do período socialista tinha como base os princípios socialistas, enquanto que o do período neoliberalista tem como base os princípios e valores democráticos alguns dos quais alistamos no último parágrafo acima.

Outros discursos da legislação e PP do ES ajudam a compreender melhor a base do conhecimento para a sua definição. No Plano Estratégico do Ensino Superior Moçambique para o período 2000 – 2010 de Julho de 2000, às instituições do ES é também são atribuídas finalidades como oferecer um ensino de qualidade baseada em competência técnico-profissionais e adaptadas às exigências do mercado e do desenvolvimento. Estas atribuições reflectem a orientação para a construção de ES por arranjos que permitem a sua adequação às exigências do mercado neoliberal, especificamente no âmbito profissional. Nerland (2012) aponta para o mercado do emprego como uma das principais base de conhecimento nas sociedades contemporâneas ao lado de Santos (2011) que também afirma que o sector de actividade é fundamental na forma como os indivíduos constroem a realidade e orientam a suas acções.

Podemos nos deter aqui em algum momento para justificar a razão de termos designado este período de neoliberalista. No contexto das crises económica e social, a Frelimo buscou ajuda nas instituições internacionais, especificamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), o que significou, dentre outras medidas, adesão do mercado à ideologia (Newitt, 1995). De acordo com Noa (2013), o neoliberalismo é um sistema de mercado orientado para a produção do lucro. Tem sido recorrente no debate académico em Moçambique, a alegação de as

instituições do ES estarem a ser organizadas e orientadas conforme a lógica de mercado, em outras, palavras para satisfazer as necessidades do mercado neoliberal.

A abertura do mercado moçambicano ao capital privado significou também a privatização do ensino, especialmente do ES por meio da abertura de IES tendo sido a UCM dentre muitas outras que foram posteriormente abertas. Muitas das IES abertas estavam grandes orientadas para a maior especialização dos estudantes para atender as necessidades tanto do sector público como é o caso da Academia Militar, quanto do mercado privado como são os casos da USTM, do ISCAM, entre outras instituições privadas. Mais uma vez concordamos com Nerland (2012) quando afirma que o mercado de emprego represente um factor determinante na construção do conhecimento com base em que são realizados os arranjos sociais.

Assim sendo, com base no exposto, podemos afirmar, até então, que factores políticos e económicos constituem a constelação da época que permitem a emergência do conhecimento que orientaram a produção das formações discursivas que são a legislação e PP do ES em Moçambique. Existem razões para que acrescentemos factores de ordem social. Vimos que durante a evolução dessas PP, mais especificamente da aprovação da abertura de novas IES, ao ES foi atribuída a finalidade de responder aos objectivos do Programa Quinquenal do Governo 2005 – 2009, do PARPA, dos objectivos do desenvolvimento, sendo que estes são assumidos como tendo a grande meta de combater a pobreza. Em outras palavras, ao ensino superior também lhe é atribuída a função de combater a pobreza.

Brito (1999) afirma que a história das transições em Moçambique são caracterizadas por crises profundas e degradação das condições de vida da população, pelo que, mudas das decisões e políticas aprovadas estão viradas para aliviar a pobreza. Este cenário foi, por exemplo, vivenciado no período de transição da ideologia socialista para a ideologia democrática, do mercado centralizado para o mercado livre. É no seio destas condições sociais e daquelas políticas económicas que descrevemos e analisámos mais acima que emergem e se fundamentam a legislação e as PP do ES.

Em fim, o que demonstramos nesta secção é que, mais uma vez, o conhecimento científico sobre o ensino superior esteve ausente, privilegiando-se o conhecimento empírico para a produção de legislação e PP do ES em Moçambique, cujas bases são uma constelação formada pela combinação entre os factores políticos vinculados ao sistema democráticos; factores económicas relacionados às necessidades técnicas e profissionais do mercado livre; e, os factores sociais, ligados a relevância de alinhamento com outras estratégias, planos e políticas com vista a combater a pobreza que caracterizava grande parte da sociedade moçambicana.

5. Considerações finais

Os estudos do ES estão numa fase embrionária em Moçambique deixando de fora uma vasta e diversa realidade ainda por problematizar e explorar. Neste trabalho, sob a problemática da sociologia do conhecimento questionámo-nos sobre a base do conhecimento que informou a produção da legislação e PP sobre o ES durante dos períodos colonial, socialista e neoliberalista, destacando os factores que permitiram a emergência desse conhecimento.

Começámos por descrever a legislação e PP de cada período com base dados documentais. No período colonial identificámos um único documento que deu origem a primeira IES, cujo funcionamento seguiria o modelo da universidade portuguesa. No período socialista, multiplicam-se as legislações e PP sobre o ES em Moçambique tendo sido criada a primeira estratégia para o ES em Moçambique, cujo conteúdo foi definido sobre referência da estratégia do ensino no geral no país. Neste períodos são criadas mais IES públicas. No período neoliberal, não apenas foram criadas mais estratégias de ensino no geral e do ES em particular como são abertas, expandidas e diversificadas as IES privadas em termos de áreas e níveis de ensino passando a existir universidades, institutos superiores, politécnicas.

Quanto mais o tempo passa mais são criadas legislações e PP sobre o ES em Moçambique diferenciado dos três períodos em termos quantitativos e qualitativos. No entanto, as legislações e PP produzidas como formações discursivas sobre o ES nos três períodos foram concebidas sob referência de um conhecimento empírico, adquiridos por experiências diversas vivenciadas pelos seus actores durante os eventos ocorridas em cada uma dessas épocas. Não identificámos em nenhuma delas referências a qualquer estudo científico que tenha sido feito, cujos resultados orientariam as decisões sobre o ES.

As bases do conhecimento desse conhecimento empírico variaram de período para período. No período colonial a base foi a constelação formada pela combinação de factores político-ideológico, vinculados aos interesses colonistas que visavam refrear o movimento nacionalista em Moçambique e conservar o seu poder e dominação, factores socioeconómicos, constituídos

pela necessidade de habilidades pessoais, profissionais, capacidades produtivas, áreas de interesse de produção de bens e serviços.

No período socialista, a base foi a constelação formada pelos factores ideológicos a serviço da edificação de uma sociedade também socialista, políticos virados para a instalação e expansão do poder da Frelimo, económicos que buscavam a criação de uma economia moderna, os sociais vinculados a integração das comunidades camponesas e os culturais virados para a transmissão de valores e normas de um homem novo.

No período neoliberalista, a constelação incluiu factores políticos, económicos e sociais, remetendo a transição e edificação de um sistema democrático, às necessidades técnicas e profissionais de mão-de-obra para um mercado liberal, necessidade alinhar o ES a outras estratégias, planos e políticas, todas viradas à erradicação da pobreza em Moçambique.

As perspectivas da sociologia do conhecimento mannheimiana e foucaultiana representaram uma mais-valia para a compreensão das legislações e PP sobre o ES em Moçambique. No entanto, entendemos que ainda existe muito que se estudar a partir da legislação e PP do ensino superior. Por exemplo, futuros estudos podem explorar a definição dos cursos em cada contexto aprofundando os seus condicionamentos sociais. Ainda assim, seria mais interessante ainda verificar até que ponto os discursos dessa legislação e PP do ES permitem oferecer novas delimitações das épocas de evolução do ES em Moçambique.

6. Referências bibliográficas

ALTBACH P. G. The logic of mass higher education. In: Tertiary Education and Management, Vol. 5. USA: Boston College. 1999.

ALVES-Mazzoti, O Método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa (pp.99-197) 2. São Paulo: Pioneira. 1999.

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2006.

ANGST, F. A. (Auto)avaliação de qualidade do ensino superior na Universidade Católica de Moçambique: um estudo de caso. Portugal: Universidade Católica Portuguesa (Tese de Doutoramento em Educação e Psicologia), 2017. Disponível em: <http://repositorio.ucm.ac.mz/bitstream/123456789/89/1/Felipe%20Angst%20%20Tese%20de%20Doutoramento.pdf>

AYERS, J. B.; BERNEY, M. F. A Practical Guide do Teacher Educator Evaluation. London: Springer Science. 2012

BEVERWIJK, J. M. R, The Genesis of a System: A coalition formation in Mozambican higher education, 1993–2003. CHEPS/University of Twente, 2005 Disponível em: <https://www.utwente.nl/en/bms/cheps/education/phdpage/cheps-alumni-and-their-theses/ProefschriftFinal.PDF>

BRITO, L. “The Mozambique experience: initiating and sustaining tertiary education reform”. A case study prepared for a Regional Training Conference on Improving Tertiary Education in Sub-Saharan Africa: Things That Work, 2003. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTAFRREGTOPTEIA/Resources/lidia_brito.pdf

BRITO, L. (1997). Moçambique Contemporâneo. Volume II. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

DAVID, J. B J. A prolifera de Universidades e seu impacto na qualidade do ensino superior: estudo exploratório com duas Universidades moçambicanas. Portugal: Instituto de Universitário de Lisboa (Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas). Disponível em: <https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/15061/1/DISSERTAÇÃO%20FINAL%20%20Julietta%20Belarmina%20José%20David.pdf>

DAVID, W.; DAVID, P. Higher Education Management: the key elements. United Kingdom: McGraw Hill. 1996

DELELUZE G. Foucault, Ed Braslense, São Paulo, 1986.

DIAS, H. N. “Desafios da Universidade Moçambicana no século XXI”. In: Revista de Científica da UEM, Série Ciências da Educação, Vol. 1, N°, p. 60-74, 2012.

DIAS, H. N. “Ensino Superior em Moçambique”. Texto apresentado no I Seminário Internacional sobre a temática da Educação Superior na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP, Porto Alegre, 2009.

EAGLETON, T. Ideologia. Ed. UNASP, Boitempo, São Paulo, 1997.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed. 2009.

FOUCAULT, M. A Ordem do discurso. São Paulo, Ed Loloya 5 ed. 1999

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal 1981.

FOUCAULT, M. Arquiologia do saber. Ed. Vozes, Petrópiles 1972.

FREERE, L. I. F.; FENANDEZ, C. A Base de conhecimento dos professores, a reflexão e o desenvolvimento profissional: Um estudo de caso a partir da escrita de diários de aula por estagiários de professores de Química. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (online). Brasília. v.96. n.243. 2015

GIL, A. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed., 3 reimpr., São Paulo: Atlas. 2010.

GUSMÃO, Paulo. Teoria Sociológica, Ed Graal, Rio de Janeiro 1992.

HELDER, R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve. 2006.

LAKATOS, E. M e MARCONI, M. Sociologia geral, ed Atlas São Paulo 1999

LANGA, P. V. Alguns Desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do Conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção do Conhecimento Científico. In: Desafios Para Moçambique: Maputo: IESE. 2014

LANGA, P. V, CUMAIO, G. F, RAFAEL, D. P. Cinquenta anos de legislação e políticas públicas do ensino superior em Moçambique 1962-2012, FDI. 2014

LANGA, P. V. Higher Education in Portuguese Speaking African Countries: A Five Country Baseline Study. African Minds: South Africa. 2013

LANGA, P. V. A Mercantilização do Ensino Superior e a Relação com o Saber: A Qualidade em Questão. Revista Científica da UEM, Série: Ciências da Educação. 2012

LANGA, P. V. The Role and Functions of Higher Educations Councils and Commissions in Africa: A case study of the Mozambique National Council on Quality Assurance in Higher Educations. South Africa: CHET. 2014.

LANGA, P. V. “Alguns desafios do ensino superior em Moçambique: do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico. In: BRITO, Luís at al. (Org.). Desafios para Moçambique 2014. Maputo”: IESE, p. 364395, 2014 Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESEDesafios2014_13_EnsSup.pdf

LANGA, P. V. A Mercantilização do Ensino Superior e a Relação com o Saber: A Qualidade em Questão. Revista Científica da UEM, Série: Ciências da Educação. 2012.

LANGA, P. V. Higher Educational in Portuguese speaking Countries: A five countries baseline study. Cape Town: African Mind, 2013 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/298646941_Higher_education_In_Portuguese_speaking_African_countries_a_five_country_baseline_study

LIBERATO, E. “*Reformar a reforma: percurso do ensino superior em angola*” publicada em (2019), Disponível: https://redib.org/Record/oai_articulo2859174-reformar-a-reforma-percurso-do-ensino-superior-em-angola

Lüdke, M.; André, M. A pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1986.

MANNHEIM, K, Ideologia e Utopia, Ed. Zahar, Rio de Janeiro 1982

MANNHEIM, K. Sociologia do conhecimento, ed Res, 2 vols. (S/data).

Mario, M., Fry, P., Levey, L., & Chilundo, A. (2003). Higher Education in Mozambique: A Case Study. Oxford: James Curray.

MÁRIO, M; FRY; Peter; LEVEY, L. and CHILUNDO, A. Higher Education in Mozambique. Oxford: James Currey, 2003 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305072390_Higher_Education_in_Mozambique_A_Case_Study

MATOLA, E. M. A desigualdade social e o acesso ao ensino superior: Um estudo sobre os critérios de elegibilidade às bolsas de estudo na Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: UEM (Dissertação de Mestrado em Estudos do Ensino Superior e Desenvolvimento), 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/handle/123456789/295>

Matos, N. e Mosca, J., 2009. Desafios do Ensino Superior”. Em Desafios para Moçambique 2010. Maputo, IESE. ISBN 978-989-96147-3-4.
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_13.EnsSup.pdf

Matos, N., 2012. O Ensino superior e investigação no espaço da CPLP,
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_13.EnsSup.pdf

MENESES, Maria Paula. “Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique”. In: Catalão, v. 16, n. 1, p. 26-44, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/36904>

MCLENDON, M. K. *The Politics of Higher Education: Toward an Expanded Research Agenda 2003* disponível: <https://scholar.google.com/citations?user=3IIOXRAAAAAJ&hl=en>;

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 13ª Ed. Petrópolis: vozes. 2006.

MOHAMEDBHAI, Goolam. Higher Education in Africa: Facing the Challenges in the 21st Century. In: International Higher Education – Number 63, spring, 2011. MOSCA, João & MATOS, Narciso. “Desafios do ensino superior”. In: Desafios para Moçambique. Maputo: IESE, 2010. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/desafiospara-mocambique-2010/>

MOREIRA, Cristiane Hoffmann; MOREIRA, Victória Hoffmann; PALMEIRA, Eduardo Mauch. Instituições de Ensino Superior enquanto Organização. Cuadernos de Educación y Desarrollo. Vol.1, n. 7. Setembro 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/ced/07/mmp.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

NEWITT, M. (1995). História de Moçambique. Portugal: Publicações Europa-América, Lda.

NERLAND, M. Knowledge, Cultures in Higher Education: Disciplines and Professions. Suécia: Olso Univrsity. 2012

NOA, F. Ensino superior em Moçambique – políticas, formação de quadros e construção da cidadania. 2011, Disponível em: https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/2985/1/Noa_COOPEDUI_4.2.pdf

NOA, F. Ensino superior em Moçambique – políticas, formação de quadros e construção da cidadania. 2011, Disponível em: <https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/1007>

OMAR, M. N. O Ensino Superior em Moçambique: Políticas, Concepções e Práticas Dominantes. Maputo: Alcance. 2016

OMAR, M. N. O ensino superior em Moçambique: Políticas, concepções e práticas dominantes. Maputo: Alcances editores, 2017

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L.D. Manual de Investigação em Ciências Sociais. 5ª ed. Lisboa: Gravidia, 2008

ROSÁRIO, L. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. In: Desafios para Moçambique. Maputo: IESE. 2012.

SANTOS, B. S. A Universidade do Século XXI: Para uma reforma Democrática e Emancipatória de Universidade. Portugal: UniCoimbra. 2011

SANTOS, B. S. Da idéia de Universidade à Universidade de idéias. In: Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

WEBER, M. (1992). Três tipos puros de poder legítimo. Disponível em: www.lusosofia.net

Sites:

SOUZA, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. Arquivos Brasileiras de Psicologia, Rio de Janeiro, 71(2): 51-67.

Portal eletrônico da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane:
<http://www.faced.uem.mz/index.php/component/search/?searchword=faced&searchphrase=all&Itemid=10>

Portal eletrônico do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional de Moçamboique: <http://www.mctestp.gov.mz>

Portal eletrônico do Partnership for Higher Education in Africa:
<https://www.iie.org/en/Programs/PHEA> Porto e Régnier, 2003;

[Online]. <http://www.universityworldnews.com/article.php?story=201306141>

[Online]. <http://www.universityworldnews.com/article.php?story=20130607123302984>